



03 DE FEVEREIRO DE 2017

Sexta-feira

- COM DESEMPREGO E CRISE, AÇÕES TRABALHISTAS BATEM NOVO RECORDE NO BRASIL
- GENERAL MOTORS SINALIZA POSSIBILIDADE DE DEMITIR 754 OPERÁRIOS EM LAY-OFF
- MEDIDA PROVISÓRIA QUE INSTITUI PRT É RETIFICADA
- PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO TRIBUTÁRIA - REGULAMENTAÇÃO
- SETOR DE AUTOMOTORES REGISTRA QUEDA DE 25% EM JANEIRO
- NOVA REGRA DEVE REDUZIR JURO DO ROTATIVO DO CARTÃO DE CRÉDITO, MAS CUSTO CONTINUARÁ ALTO
- REFORMA DA PREVIDÊNCIA PODE FICAR MAIS BRANDA E ISSO TERÁ UM CUSTO
- 'CAMINHO DE SAÍDA DA CRISE SERÁ GRADUAL E RITMADO', DIZ TRABUCO
- CORREIOS VÃO REDUZIR TOTAL DE AGÊNCIAS
- PEDIDOS DE FALÊNCIA CAEM 33,9% EM JANEIRO ANTE DEZEMBRO
- CRESCE OTIMISMO DO EMPRESÁRIO PARANAENSE PARA 2017
- SEM CARRO NOVO, CONSUMIDOR SEGURA INDÚSTRIA DA REPOSIÇÃO
- INDÚSTRIA DO PARANÁ PERDE R\$ 4,3 BILHÕES
- VALE DEVE DISTRIBUIR DIVIDENDOS DE PELO MENOS 25% SOBRE LUCRO DE 2016, DIZ DIRETOR
- APOSTA DE INVESTIDORES EM CORTE MAIOR DA SELIC FAZ JURO FUTURO CAIR
- AUMENTA CONTRIBUIÇÃO DOS SETORES PARA ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA FEDERAL
- VENDAS DA FIAT CHRYSLER SEGUEM EM QUEDA
- MERCEDES-BENZ VENDE 125 MIL VANS SPRINTER EM 20 ANOS
- TEMPOS DE CONVERGÊNCIAS
- INADIMPLÊNCIA DE EMPRESAS MENORES CAIRÁ ATÉ O FINAL DO ANO, DIZ O BRADESCO
- INDÚSTRIA DESPENCA 16,9% EM TRÊS ANOS. FELIZMENTE, CHEGOU O FUNDO DO POÇO
- LUCRO DA FABRICANTE DE EMBALAGENS BALL CAI 75% NO 4º TRIMESTRE

- BOLSA FECHA EM QUEDA DE 0,4%, APÓS 2 ALTAS SEGUIDAS; BRADESCO CAI QUASE 4%
- APOSTA DE INVESTIDORES EM CORTE MAIOR DA SELIC FAZ JURO FUTURO CAIR
- CARROS ELÉTRICOS PODEM BARRAR ALTA DA DEMANDA DE CARVÃO E PETRÓLEO EM 2020
- VW TEM NOVA PROPOSTA PARA RESOLVER DIESELGATE
- MERITOR: OTIMISMO NA RETOMADA DO MERCADO DE CAMINHÕES
- NOVOS INVERSORES U1000 DA YASKAWA TRAZEM MAIOR EFICIÊNCIA E ENERGIA LIMPA
- ENTREVISTA: ESTÁ CADA VEZ MAIS DIFÍCIL PARA QUALQUER EMPRESA SOBREVIVER IGNORANDO AS REDES SOCIAIS, DIZ MARTHA GABRIEL
- PEDIDOS DE FALÊNCIA CAEM 33,9% EM JANEIRO ANTE DEZEMBRO
- SP AUMENTA ICMS SOBRE A VENDA DE VEÍCULOS USADOS
- EMPRESAS OPTANTES DO SIMPLES SÃO BENEFICIADAS PELO PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO DE EXPORTAÇÃO
- AUMENTA CONTRIBUIÇÃO DOS SETORES PARA ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA FEDERAL
- ARTIGO: A JABUTICABA TRABALHISTA
- AS EMPRESAS QUE MAIS GANHARAM VALOR DE MERCADO EM JANEIRO
- CADE FIRMA ACORDO COM IABR EM PROCESSO SOBRE IMPORTAÇÕES DE VERGALHÃO

CÂMBIO		
EM 03/02/2017		
	Compra	Venda
Dólar	3,114	3,115
Euro	3,352	3,354

Fonte: BACEN

03/02/2017 – Fonte: R7



Se a falta de trabalho atinge cada vez mais brasileiros, na Justiça do Trabalho o que não falta é serviço. O número de novas ações trabalhistas ingressadas na 1ª instância (varas de trabalho) vem batendo recordes no Brasil desde 2014, ano em que a crise econômica se instalou por aqui.

De lá para cá, a fila do desemprego aumentou e a capacidade financeira das empresas caiu. Em razão disso, há mais trabalhadores recorrendo à Justiça por não terem recebido integralmente as verbas rescisórias após uma demissão.

Em 2014, foram 2,3 milhões de novos processos recebidos pelas varas de trabalho, montante 10,9% superior ao registrado no ano anterior, segundo o TST (Tribunal Superior do Trabalho).

Em 2015, mais um recorde: 2,6 milhões de novas ações na primeira instância, alta de 12,4%. Para 2016, os números registrados até outubro indicam nova alta, de 5,3%, na comparação com o mesmo período de 2015: 2,34 milhões contra 2,22 milhões.

No ano passado, os seis principais questionamentos dos trabalhadores na Justiça são reflexos do não pagamento integral das verbas rescisórias durante rompimento de contrato de trabalho. Os direitos mais exigidos são: aviso prévio; multa do artigo 477 da CLT; multa de 40% do FGTS; multa do artigo 467 da CLT; férias proporcionais; e o 13º salário proporcional.

“Boa parte dos empregadores não cumpre a legislação trabalhista e não assegura todos os direitos a seus empregados. Para o desempregado, não resta nenhuma alternativa a não ser recorrer à Justiça”, afirma o professor de direito do trabalho Claudinor Roberto Barbiero, da Universidade Presbiteriana Mackenzie de Campinas.

Para o advogado Lívio Enescu, presidente da Associação dos Advogados Trabalhistas do Estado de São Paulo, é comum no Brasil que as empresas demitam funcionários sem quitar devidamente todos os direitos estabelecidos pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). “E essa crise econômica evidenciou isso”, diz.

A alta do desemprego é causa direta desse crescimento. No final de 2013, a taxa de desocupação era de 6,2%, o que representava 6 milhões de brasileiros desempregados à procura de serviço. O índice dobrou em três anos, chegando a 12% no final de 2016, ou 12,3 milhões de desocupados. Os dados são da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio) Contínua, do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Dentro dos escritórios

Assim como os órgãos de Justiça, os escritórios de advocacia trabalhista também sentem as mudanças. O advogado Gilberto da Rocha Bento Jr. afirma que seu escritório tem recebido, por mês, ao menos 50 novos interessados em entrar com uma ação trabalhista. Antes da crise econômica, diz, esse número ficava entre 20 e 30.

— É muito normal as empresas tentarem fazer economia não pagando corretamente os direitos de seus funcionários.

Segundo Gilberto, cerca de 30% dos casos se referem à terceirização da atividade-fim, "que vem sendo usada pelas empresas para o pagamento de salários abaixo do piso".

Do outro lado do balcão da Justiça, representantes do empresariado também verificam alta no volume de trabalho. O escritório TozziniFreire Advogados, que atende exclusivamente a empresas, viu o número de novas ações crescer entre 15% e 20%. "Há empresas muito afetadas negativamente por conta da crise [econômica], e não só tiveram números expressivos de desligamentos como não tiveram condições de pagar as verbas rescisórias", diz o advogado Alexandre de Almeida Cardoso, sócio do escritório e responsável pela área trabalhista.

Cardoso avalia que a falta de pagamento integral das verbas rescisórias se deve à falta de capacidade financeira das empresas e também "o alto custo de desligamento de funcionários no Brasil".

— O custo é realmente muito alto. Algumas empresas, que já passavam por dificuldades financeiras sérias, tiveram que encerrar as atividades e aí tiveram uma nova dificuldade [com o pagamento da rescisão].

O desemprego também "estimula a litigiosidade", diz Cardoso, já que há maior dificuldade para retornar ao mercado de trabalho.

— Se o trabalhador deixa a empresa e rapidamente se recoloca [no mercado], ainda que tenha havido rusga anterior, normalmente cada parte segue sua vida. Mas estando desempregado, isso o leva a pensar de maneira mais intensa em promover uma ação.

Entrando na Justiça

O prazo para entrar com uma ação na Justiça é de dois anos, contados a partir do encerramento do contrato de trabalho.

"Não podemos deixar de considerar que a Justiça do Trabalho não tem custo para o trabalhador. Ele ingressa com uma ação, declara que não tem condição de pagar, até por estar desempregado, então aquela ação não terá custo. Caso o trabalhador perca na Justiça, ele não paga nada, mas a empresa paga", diz Cardoso.

O advogado Gilberto Bento Jr. ressalta que o trabalhador só deve pleitear "algo que ele foi lesado, e não entrar na Justiça com má intenção".

— Você só não pode exigir o que não seja seu. Tem que entrar com objetivo de receber o que é correto e orientar a empresa a seguir a lei, para que tenhamos uma sociedade melhor.

Uma vez na Justiça, as ações não têm um tempo definido até a decisão final. Segundo o TST, em média, uma decisão em primeira instância sai em 260 dias. Mas o prazo até a decisão final é bem mais longo.

O administrador Marcelo Villela, de 46 anos, está na Justiça desde 2009 contra seu antigo patrão pelo pagamento parcial de salários e não recebimento de verbas do fundo de garantia — 2009 também foi um ano com alta de mais de 10% em novas ações trabalhistas.

A empresa em questão havia entrado com pedido de recuperação judicial um ano antes, em 2008, mas veio a falir pouco tempo depois, após meses em que salários e benefícios foram pagos parcialmente.

A companhia hoje está falida e sem bens vinculados. Após decisão favorável aos trabalhadores em primeira instância, o caso está no TRT-2 (Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo).

— Não conto com esse dinheiro, apesar de a nossa ação estar correta e dentro dos prazos. Quando saiu o resultado [em primeira instância], a empresa já não tinha nenhum tipo de bem. A Justiça do Trabalho precisa mudar um pouco o conceito no sentido de preservar o elo mais fraco, o trabalhador. Por exemplo, fazendo o aprisionamento dos bens da empresa porque, até sair o resultado, passam anos, então deveria ter uma garantia.

Apesar de não ter perspectiva alguma de ser ressarcido, Villela diz continuar com a ação "por uma questão de justiça".

— Se ganhar a ação, estarei habilitado na massa falida da empresa, então se tiver algum tipo de bem, talvez eu tenha direito a um pedaço.

Reforma trabalhista

Diante desse cenário, a classe empresarial aguarda com especial atenção o avanço da reforma trabalhista em Brasília, anunciada pelo governo Michel Temer em dezembro — o texto deve ser enviado ao Congresso neste mês de fevereiro como projeto de lei.

Um dos principais esforços do atual governo é a prevalência dos acordos coletivos sobre as regras estabelecidas pela legislação. Se aprovado, será permitida, por exemplo, a negociação entre patrões e empregados para jornada de trabalho além das oito horas diárias, respeitando o limite de 12 horas diárias e 220 horas mensais.

Essa jornada de até 12 horas já é cumprida em algumas profissões, que alternam essas 12 horas de trabalho com 36 horas de descanso. Poderá ser permitido também o parcelamento do gozo das férias anuais em até três vezes e o parcelamento da participação nos lucros — limitada hoje em até duas parcelas.

O advogado Alexandre de Almeida Cardoso, sócio da TozziniFreire Advogados, diz que a reforma regulamenta algumas práticas já em vigor no mercado de trabalho. Ele avalia como "grande avanço" a prevalência do negociado sobre o legislado.

— A constituição prevê as prerrogativas de atividade dos sindicatos, mas na prática a gente tem uma série de negociações conduzidas pelos sindicatos sendo invalidadas na Justiça do Trabalho. O sistema atual é bastante rígido e acaba interferindo diretamente na gestão empresarial. Uma reforma vai dar maior flexibilidade e mais segurança jurídica, já que o empregador e o empregado terão noção mais clara do que pode e do que não pode. Isso deve conter também a litigiosidade.

Já Lívio Enescu, presidente da Associação dos Advogados Trabalhistas do Estado de São Paulo, discorda. Ele diz que a reforma trabalhista e as possíveis alterações da CLT vão causar uma "desorganização da sociedade brasileira", já que o custo da mão de obra irá cair, assim como a renda média dos assalariados.

— Tirando os direitos da Constituição, tirando as proteções ao trabalhador, você vai criar um país só de mercado consumidor, com uma mão de obra barata e coisificada, sem a tutela do Estado.

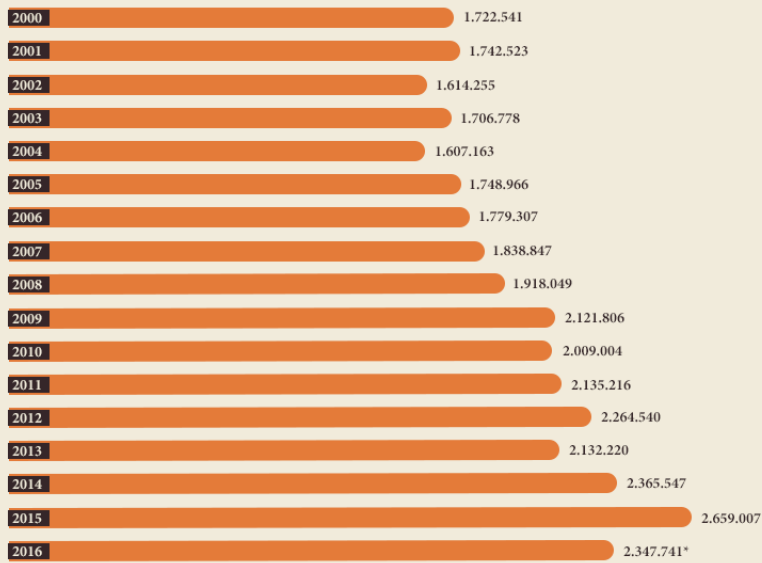
Segundo o professor Claudinor Roberto Barbiero, da Universidade Presbiteriana Mackenzie de Campinas, "profissionais e sindicatos são contra [a reforma] porque pensam que vai desfavorecer a categoria".

— Mas a meu ver ela é necessária. Talvez uma flexibilização, pela terceirização ou mudança na jornada de trabalho, algo que pudesse garantir o emprego. Essa é a grande disputa que vamos enfrentar este ano no Congresso.



Ações trabalhistas batem novo recorde em 2016

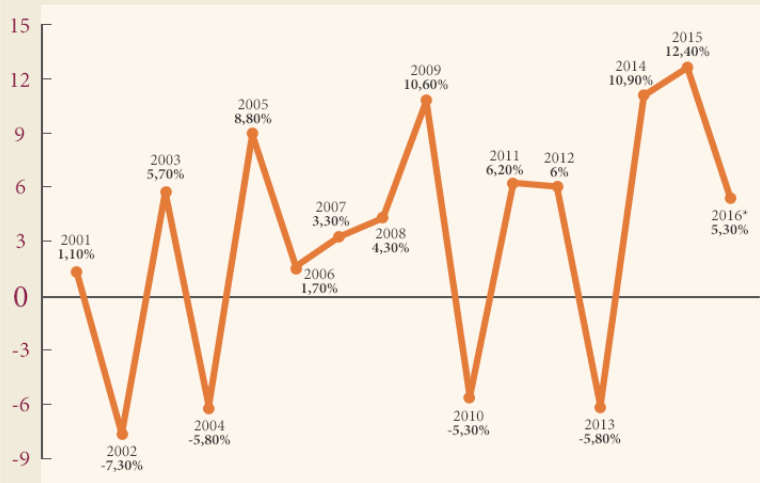
Novos processos na 1ª instância (varas de trabalho)



* Dados de 2016 até outubro

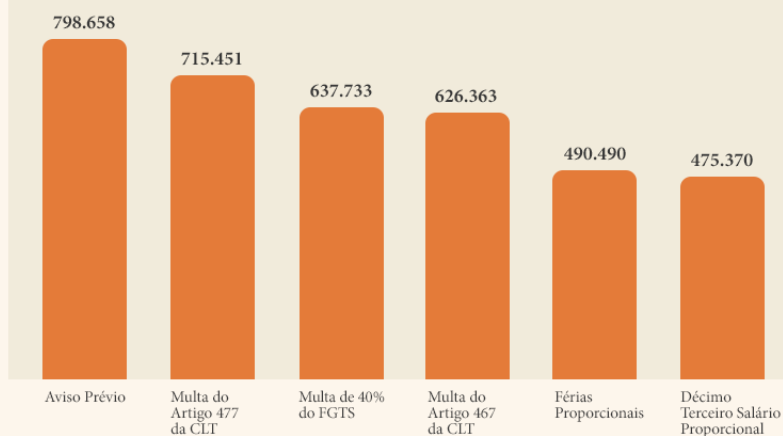
Tempo médio para uma decisão em 1ª instância é de 260 dias

Taxa de crescimento foi recorde em 2014 e 2015



* Dados até outubro, comparados com o mesmo período do ano anterior

Rescisão do contrato de trabalho é a principal causa (nº de processos)



General Motors sinaliza possibilidade de demitir 754 operários em lay-off

03/02/2017 – Fonte: Diário do Grande ABC



Os 754 trabalhadores que estão em lay-off (suspensão temporária de contrato de trabalho) na General Motors de São Caetano correm o risco de perder o emprego. Isso porque a montadora norte-americana sinalizou ontem para o Sindicato dos Metalúrgicos da cidade que pretende demití-los.

“A empresa diz que, para o ritmo atual de produção de veículos, dois turnos de trabalhadores são suficientes. À época em que eles começaram a ser afastados, em novembro de 2014, tínhamos três turnos”, conta o vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Caetano, Francisco Nunes.

Atualmente, são confeccionados em São Caetano os modelos Cobalt, Spin, Montana e Ônix Joy – em 2016, o Ônix ocupou o posto de carro mais vendido do País. Ao mesmo tempo, a montagem do Cruze, que era feita na região, foi transferida para Rosário, na Argentina, onde a GM também possui fábrica.

“Nós compreendemos que a empresa banca esses funcionários há mais de dois anos, mas não aceitamos a demissão deles. Queremos que eles sejam reintegrados e, caso isso não seja possível agora, que o afastamento seja prorrogado por mais três meses.” A última renovação do lay-off desses 754 profissionais ocorreu em maio, com duração prevista de cinco meses; o afastamento foi postergado por mais quatro meses e teria o retorno previsto para o dia 9, quinta-feira que vem.

A principal queixa dos profissionais suspensos é a de que a montadora não realiza o rodízio entre eles, e muitos estão em casa há mais de dois anos. Como resultado, o salário deles corresponde a 60% do que eles recebiam quando estavam na ativa. Além disso, os empregados tinham a chance de ampliar os rendimentos com o pagamento de horas extras.

Para estimular a manutenção dos empregos, o governo oferece complemento aos vencimentos dos profissionais em lay-off, equivalente ao teto do seguro-desemprego (hoje em R\$ 1.643,72), para cada grupo de operários, por até sete meses. Porém, quando os mesmos funcionários permanecem afastados, sem um revezamento, não existe essa complementação e cabe à empresa pagar integralmente os valores, o que, na prática, não ocorre.

Nunes conta que nova reunião ocorrerá entre a GM e o sindicato na segunda-feira, quando a companhia dará resposta final a respeito do futuro dos operários.

“A montadora nos informou que pretende fazer investimento para modificar toda a estrutura da linha de produção em São Caetano, que é muito antiga, possui mais de 80 anos. A reforma teria início agora e terminaria em 2019. Como contrapartida, porém, os trabalhadores teriam de abrir mão de alguns direitos. Nós não aceitamos negociar enquanto não houver a garantia desses empregos”, revelou Nunes.

O sindicalista disse que o valor do aporte não foi revelado, nem o que perderiam os funcionários.

Na semana passada, a GM anunciou que, para comemorar os 92 anos de atuação no Brasil, inaugurava em São Caetano "o maior sistema solar da indústria automotiva, com 560 metros quadrados instalados no telhado da fábrica em São Caetano, para fornecer água quente aos chuveiros do vestiário da fábrica, o equivalente a abastecer o consumo diário de 900 casas".

No ano passado, a montadora demitiu pelo menos 160 operários que estavam em lay-off e não tiveram seus contratos renovados. Além disso, abriu PDV (Programa de Demissão Voluntária) e recrutou 30 pessoas.

EFEITO TRUMP - O vice-presidente do sindicato pontuou que a intenção de dispensar esses profissionais não se justifica, ainda mais porque na planta de São Caetano nenhum modelo é vendido ao México, diferentemente da unidade de São José dos Campos, no Interior, em que 2.200 operários vão entrar em férias coletivas neste mês devido à suspensão das exportações da caminhonete S10.

O país sofre com as medidas protecionistas do presidente eleito dos Estados Unidos, Donald Trump, que quer sobretaxar os veículos advindos do México.

No entanto, Nunes conta que a empresa deve colocar os 9.000 funcionários da região em férias coletivas após o Carnaval, a partir do dia 6, para iniciar a mudança estrutural na planta. "Nada foi formalizado ainda, até porque tudo está condicionado a manter os 754 trabalhadores."

Procurada, a GM disse que não iria comentar.

Medida Provisória que institui PRT é retificada

03/02/2017 – Fonte: Coad

Foi publicada no Diário Oficial da União de hoje, 2-2, a retificação da [Medida Provisória 766/2017](#), que instituiu o PRT (Programa de Regularização Tributária), para quitação de débitos de natureza tributária ou não tributária, vencidos até 30-11-2016, junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Assim, no § 2º do artigo 2º da Medida Provisória 766/2017, a data "até 30 de junho de 2016" deve ser substituída por "**até 29 de julho de 2016**".

Com a retificação, o contribuinte que aderir ao PRT poderá liquidar débitos relativos aos tributos administrados pela Receita Federal com a utilização de créditos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL, apurados até 31-12-2015, desde que declarados até 29-7-2016.

O prejuízo fiscal e a base negativa da CSLL apurados em 31-12-2015 foram declarados através da ECF (Escrituração Contábil Fiscal), cujo prazo de transmissão foi encerrado em 29-7-2016.

Caso fosse mantida a redação original daquele parágrafo, a utilização desses prejuízos e bases negativas da CSLL para quitação dos débitos só beneficiaria os contribuintes que tivessem antecipado o prazo de apresentação da ECF do ano-calendário de 2015 para 30-6-2016.

Programa de Regularização Tributária - Regulamentação

03/02/2017 – Fonte: Cenofisco

Foi publicada no Diário Oficial da União de 03/02/2017 a [Portaria PGFN nº 152/17](#), que regulamenta o Programa de Regularização Tributária (PRT) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

O Programa de Regularização Tributária (PRT) abrange os débitos de pessoas físicas e jurídicas, inclusive objeto de parcelamentos anteriores rescindidos ou ativos ou em discussão judicial, mesmo que em fase de execução fiscal já ajuizada, considerados isoladamente:

I - os débitos, no âmbito da PGFN, decorrentes das contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do [art. 11 da Lei nº 8.212/91](#), das contribuições instituídas a título de substituição e das contribuições devidas a terceiros, assim entendidas outras entidades e fundos;

Nota Cenofisco:

Transcrevemos, a seguir, o [art. 11 da Lei nº 8.212/91](#):

"Art. 11 - No âmbito federal, o orçamento da Seguridade Social é composto das seguintes receitas:

I - receitas da União;

II - receitas das contribuições sociais;

III - receitas de outras fontes.

Parágrafo único - Constituem contribuições sociais:

a) as das empresas, incidentes sobre a remuneração paga ou creditada aos segurados a seu serviço;

b) as dos empregadores domésticos;

c) as dos trabalhadores, incidentes sobre o seu salário de contribuição;

d) as das empresas, incidentes sobre faturamento e lucro;

e) as incidentes sobre a receita de concursos de prognósticos.

II - os demais débitos administrados pela PGFN;

III - os débitos relativos às contribuições sociais instituídas pela [Lei Complementar nº 110/01](#);

IV - os débitos relativos à Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF), não se aplicando a vedação contida no [art. 15 da Lei nº 9.311/96](#).

Deverão ser formalizados requerimentos de adesão distintos para os débitos previstos nos números de I a III.

Os débitos referentes à pessoa jurídica, incidentes sobre a remuneração paga ou creditada aos segurados a seu serviço, que sejam recolhidos por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais (DARF), deverão compor o parcelamento com os demais débitos administrados pela PGFN.

Não poderão ser liquidados na forma do PRT os débitos apurados pelo SIMPLES Nacional.

O sujeito passivo poderá liquidar os débitos abrangidos pelo PRT mediante a opção por uma das seguintes modalidades:

I - pagamento à vista de 20% do valor da dívida consolidada e parcelamento do restante em até 96 parcelas mensais e sucessivas; ou

II - pagamento da dívida consolidada em até 120 parcelas mensais e sucessivas, calculadas observando-se os seguintes percentuais mínimos, aplicados sobre o valor consolidado:

a) da 1ª à 12ª prestação: 0,5%;

b) da 13ª à 24ª prestação: 0,6%;

c) da 25ª à 36ª prestação: 0,7%; e

d) da 37ª prestação em diante: percentual correspondente ao saldo remanescente, em até 84 prestações mensais e sucessivas.

O parcelamento de débitos cujo valor consolidado seja igual ou superior a R\$ 15.000.000,00 depende da apresentação de carta de fiança ou seguro garantia judicial, observados os requisitos definidos nas [Portarias PGFN nºs 644/09](#) e [164/14](#).

A adesão ao Programa de Regularização Tributária se dará mediante requerimento a ser realizado exclusivamente por meio do sítio da PGFN no Portal e-CAC PGFN, observando-se os seguintes períodos:

I - período de 06/03/2017 a 03/07/2017, para o parcelamento de que trata o inciso I do [art. 2º da Portaria PGFN nº 152/17](#); e

II - período de 06/02/2017 a 05/06/2017, para o parcelamento de que trata o inciso II do [art. 2º da Portaria PGFN nº 152/17](#).

O valor mínimo da prestação mensal de cada um dos parcelamentos previstos no [art. 3º da Portaria PGFN nº 152/17](#), considerados isoladamente, será de:

I - R\$ 200,00, quando o optante for pessoa física; e

II - R\$ 1.000,00, quando o optante for pessoa jurídica.

Setor de automotores registra queda de 25% em janeiro

03/02/2017 – Fonte: CIMM

O mês de janeiro de 2017 teve queda de 25% em comparação a dezembro de 2016 nas vendas de todos os veículos automotores somados, em que se incluem automóveis, comerciais leves, caminhões, ônibus, motocicletas, implementos rodoviários e outros. Os dados, divulgado nesta quinta-feira (2), são da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabreve).

Ao todo, foram comercializadas 224.164 unidades em janeiro, contra 298.898 no mês anterior. Na comparação com janeiro de 2016 (260.909 unidades), o setor apresentou queda de 14,08%.

Os segmentos de automóveis e comerciais leves, somados, apresentaram queda de 27,85% em janeiro, em relação ao mês anterior. Foram emplacadas 143.582 unidades, contra 199.000 em dezembro de 2016. Se comparado com janeiro do ano passado (149.677 unidades), o resultado aponta queda de 4,07%.

Considerando apenas os comerciais leves, houve crescimento de 20,4% na comparação entre janeiro de 2017 e o mesmo mês de 2016. No entanto, na comparação com dezembro do ano passado, houve queda de 23,56%.

Para Alarico Assumpção Júnior, presidente da Fenabreve, janeiro é tradicionalmente um mês mais fraco nas vendas de veículos devido à antecipação de compras em dezembro e dos compromissos da população no início do ano.

“As promoções do final do ano e o 13º salário, geralmente, atraem o público a adquirir um veículo, como o automóvel, por exemplo. Já o início de ano é marcado por muitos compromissos financeiros para as famílias, como IPVA, matrícula e material escolar, entre outros. Com isso, o consumidor se retrai para fazer novos investimentos no primeiro mês do ano”, disse, em nota, o presidente da entidade.

Na análise da Fenabreve, os dados apontam para uma redução na queda das vendas de automóveis e comerciais leves, se avaliados os resultados comparativos entre janeiro de 2017 e o mesmo mês de 2016.

“Houve aumento nos emplacamentos de comerciais leves, o que demonstra uma sinalização de retomada na economia”, disse Assumpção Júnior.

Nova regra deve reduzir juro do rotativo do cartão de crédito, mas custo continuará alto

03/02/2017 – Fonte: Gazeta do Povo

Medida que limita o prazo para a cobrança do mínimo da fatura em 30 dias mira na queda da inadimplência e elevação do consumo



A mudança nas regras do pagamento da fatura mínima do cartão, o crédito rotativo, é vista por analistas como uma medida importante, mas paliativa para a melhora da saúde financeira dos brasileiros.

Em janeiro, o Conselho Monetário Nacional (CMN) informou que a partir de 3 de abril os consumidores que adquirirem as dívidas ficarão nela por apenas 30 dias. Depois disso, os bancos terão de oferecer o parcelamento a juros mais baixos ou o a possibilidade de pagamento à vista. Se o correntista rejeitar as duas soluções, ele ficará inadimplente.

O bombardeio do governo sobre o rotativo tem os seus motivos. De todas as taxas praticadas no país, essa é a mais cara do mercado. Conforme o Banco Central, em dezembro de 2016 ela bateu os 484,6% ao ano (15,85% ao mês).

Em contrapartida, o crédito parcelado do cartão fechou novembro em 153,8% ao ano (8,07% ao mês). Com a resolução, que ainda carece de mais detalhes, o governo espera cortar o rotativo pela metade e diminuir o número de pessoas negativadas, que hoje somam 59 milhões de brasileiros, segundo estimativa da Serasa Experian.

Segundo o educador financeiro do Sicredi Vale do Piquiri, Marcio Araújo, o problema hoje é que alguns bancos deixam a dívida do rotativo rolar até o limite. Mas, na hora de renegociar o saldo devedor, o cliente não consegue adquirir um empréstimo mais barato, porque o seu nome está nos serviços de proteção de crédito. "A mudança de regras é uma ação preventiva do governo, para não deixar as pessoas irem até o fundo do poço", considera.

Caro, mesmo assim

As justificativas para o alto custo da operação são o fato de o crédito ser pré-aprovado e de caráter emergencial, o que oferece mais riscos de inadimplência aos bancos.

Diante disso, as taxas elevadas servem para compensar os calores. No entanto, com a nova medida, o analista de instituições financeiras da Austing Ratings, Miguel Santacreu, avalia que os bancos terão menos perdas e reduzirão os custos para a renegociação de dívidas.

Ele alerta, porém, que mesmo com a queda, os juros da modalidade ainda continuarão caros. "Mesmo que as taxas diminuam de 15% para 7% ao mês, ainda assim elas serão altas", afirma ele, ao compará-las com a Selic, a taxa básica de juros, que hoje está em 13% ao ano (1,02% ao mês).

Para que os consumidores escapem das taxas caras, a professora da FGV-Rio e planejadora financeira Myrian Lund recomenda que se evite o mínimo do cartão e se busque por créditos com preços mais amigáveis quando for necessário. "Tudo o que

mantém as pessoas na zona de conforto é caro e o rotativo continuará sendo um crédito fácil. Para conseguir taxas menores será necessário negociar”, diz.

Mudança não afetará comportamento do consumidor

A conversão do rotativo do cartão de forma automática em crédito parcelado deverá ter impacto sobre a inadimplência, mas não no comportamento do consumidor, avaliam consultores financeiros.

O objetivo da mudança de regras é ampliar o acesso a empréstimos e reaquecer a economia interna. Mas, para a professora da FGV Myrian Lund, enquanto as compras forem guiadas apenas pelo emocional, as pessoas continuarão a se endividar -- a não ser que haja um esforço para melhorar a educação financeira dos compradores.

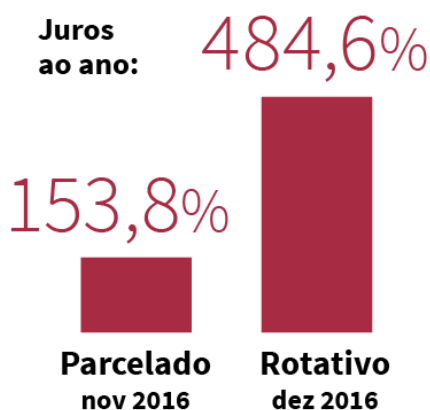
Para ela, a queda nos juros da modalidade também não deverá se espriar para outras linhas crédito. A redução generalizada depende de outros fatores, como a redução da Selic, do risco ao oferecer o crédito, dos custos e dos lucros dos bancos, o spread.

Mudança

O rotativo é uma linha de crédito pré-aprovada para os clientes que possuem cartão para o parcelamento de compras. Quando não há recursos para quitar a dívida, é possível escolher pelo pagamento do mínimo da fatura. A opção direciona o consumidor automaticamente para a modalidade, que é considerada como crédito emergencial e de maior risco para os bancos.

Os juros do rotativo são cobrados indefinidamente sobre o saldo devedor. Os compradores podem **substituir a dívida pelo crédito parcelado ou por outras linhas de crédito**, que também costumam ser oferecidas pelas instituições.

A partir de 3 de abril, o rotativo terá um limite de 30 dias após a aquisição da dívida. Se o saldo não for pago até lá, o crédito será automaticamente convertido em parcelado ou então o banco deverá oferecer o pagamento à vista.



Veja a evolução de uma dívida de R\$ 1 mil, com o pagamento mínimo de R\$ 150, para as duas modalidades:

Período	Modalidade	Saldo devedor
30 dias	Rotativo	948,72
	Parcelado	948,72
180 dias	Rotativo	1.708,90
	Parcelado	1.398,50

Reforma da Previdência pode ficar mais branda e isso terá um custo

03/02/2017 – Fonte: Gazeta do Povo

Negociação do governo com o Congresso já começou e há risco de as mudanças não melhorarem as contas públicas



Não há dúvidas de que o projeto de reforma da Previdência apresentado pelo governo no ano passado é duro. Ele impõe uma idade mínima de 65 anos para todos os trabalhadores, da iniciativa privada e do serviço público, estipula um mínimo de contribuição de 25 anos e uma regra de transição que começa aos 50 anos para homens e 45 para mulheres. O mais rigoroso, porém, é o tempo necessário para uma aposentadoria integral: pelo menos 49 de contribuição.

Pelo histórico de tramitação de projetos que mexem com a Previdência, dificilmente esse projeto passaria sem alguma negociação no Congresso. E o risco de a proposta no fim ficar “frouxa” demais é grande, como mostra a iniciativa de cinco partidos da base governista que estão redigindo um substitutivo para o projeto. A ideia é baixar a idade mínima para 60 anos para homens e 58 para mulheres. A regra de transição valeria para todos, com um “pedágio” de 30%, em vez de 50% como propõe o governo. E também voltariam as pensões integrais.

Como a flexibilização do projeto também é uma pauta da oposição (um partido já disse apoiar o substitutivo), é muito provável que o governo tenha de negociar quando o projeto começar a ser debatido na comissão especial que avaliará o assunto. Só que a margem de negociação não é muito ampla por causa dos números.

A Previdência teve um déficit de quase R\$ 150 bilhões no ano passado. Somado ao saldo do setor público (incluindo militares, lamentavelmente fora desse projeto), o déficit sobe para quase R\$ 230 bilhões (algo em torno de 3,5% do PIB). É certo que a crise econômica acelerou o crescimento do saldo negativo, mas ele cresceria de qualquer maneira por causa da demografia.

Segundo dados apresentados pelo governo, hoje há 140,9 milhões de pessoas em idade ativa (embora cerca de 60% sejam economicamente ativas). Em 2060, serão 131,4 milhões, uma queda de 6,7%. Ao mesmo tempo, o número de idosos deve crescer 262,7% no mesmo período. E serão idosos mais longevos, que passarão mais tempo no sistema previdenciário.

Do ponto de vista das contas públicas, essa é uma tendência insustentável. No curto prazo, a conta da Previdência já é grande o suficiente para engessar 40% do gasto público.

O percentual vai passar de 50% em menos de uma década. As contas do governo mostram que a reforma, aprovada como enviada, já teria efeito em 2018, com uma redução de R\$ 5 bilhões no gasto projetado. Em uma década, seriam R\$ 700 bilhões. Não há contas para o substitutivo, mas é certo que essa versão impõe um custo para o contribuinte e no fim se torna um fator que colabora para nossa alta taxa de juros.

O projeto enviado pelo governo tem deficiências. A principal é o fato de não haver uma conta atuarial muito justa no cálculo do valor da aposentadoria. A exigência de 49 anos para se chegar ao teto torna o INSS um negócio muito pior do que uma

poupança privada. Esse é um aspecto que pode ser melhor negociado. Muitos especialistas defendem que, na sequência desta reforma, se debata a criação de um novo sistema para quem entra no mercado de trabalho, com contas individuais remuneradas e uma garantia de renda mínima para quem não conseguir se colocar no mercado formal.

A idade mínima de 65 está alinhada com a prática de países um pouco mais adiantados na transição demográfica, mas também parece haver espaço para se negociar um escalonamento para as mulheres atingirem esse critério.

E a regra de transição, com um corte "seco" na linha dos 50 anos, cria a situação de pessoas com idades muito parecidas seguirem regras muito diferentes. Um escalonamento neste caso também pode ser mais adequado. No fim das negociações, teremos de calcular o custo que o sistema terá nas próximas décadas para ver se a reforma será suficiente.

'Caminho de saída da crise será gradual e ritmado', diz Trabuco

03/02/2017 – Fonte: Tribuna PR

Os bancos terão de ter participação ativa no processo de ajuste das empresas e dos consumidores, abrindo espaço para que a economia brasileira volte a crescer, afirma o presidente do Bradesco, Luiz Carlos Trabuco Cappi. Esse movimento deve ocorrer após um ano marcado por empresas e credores sentados à mesa para renegociar dívidas e alongar vencimentos, o que evitou o colapso de muitas companhias.

Depois de um 2016 que exigiu dedicação no gerenciamento dos calotes e culminou no encolhimento do lucro dos grandes bancos após anos seguidos de expansão, o executivo vê o desfecho da crise já endereçado. "O caminho de saída da crise será gradual e ritmado", avalia Trabuco, em entrevista exclusiva ao Broadcast, sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado.

Trabuco pontua o papel dos bancos na retomada econômica e garante que as instituições estão dispostas a participar dos projetos de infraestrutura lançados pelo governo federal, mas que isso dependerá do modelo de garantias a ser adotado. Seguem os principais trechos da entrevista, concedida nesta quinta-feira, 2, na sede do Bradesco, na Cidade de Deus, em Osasco, São Paulo.

Os bancos foram os principais atores nas renegociações de dívidas de pessoas físicas e jurídicas. Qual é o ritmo esperado para esse movimento em 2017?

Me chamou a atenção uma frase do Xi Jinping (presidente da China), em Davos. Ele criticou o comportamento de "trancar-se num quarto escuro para se proteger do perigo", referindo-se ao protecionismo.

Nos bastidores, o comentário entre os brasileiros foi que o conceito se aplica como luva à questão do endividamento e ao esforço dos bancos em proteger a qualidade da carteira de crédito. Temos que agir. E é preciso agir com eficiência para evitar o crescimento das dívidas problemáticas. Cuidar da saúde do sistema é cuidar da saúde da economia do País, evitar na raiz a evolução de crises.

As instituições manterão o protagonismo no processo de desalavancagem das empresas e das pessoas físicas? Em quanto tempo o sistema pode voltar a patamares considerados normais?

Vamos continuar exercendo nosso papel de tutores da estabilidade do sistema sempre que necessário. As condições para 2017 dão sinais de evolução, principalmente com a queda da Selic. O caminho de volta à normalidade é o mesmo caminho de saída da crise: gradual e ritmado.

Qual será o papel dos bancos nos projetos de infraestrutura que o governo pretende tocar nos próximos anos? Já há uma solução adequada para o descasamento de tempo entre o funding dos bancos e o prazo dos projetos?

O Brasil é um País que precisa se reconstruir e se modernizar. A infraestrutura melhorou, mas ainda é precária. Está aí um dos nossos bônus de crescimento. A participação dos bancos dependerá do modelo de garantias a ser adotado. O crédito nunca é um problema.

A liquidez do sistema é grande e não há nenhuma restrição com relação a clientes do porte de quem pode tocar obras de infraestrutura. A questão sempre é das garantias e o modelo de negócio. O descasamento dos prazos de funding pode ser resolvido. O mercado é criativo e encontra soluções.

Os bancos privados devem participar de alguma forma do socorro aos Estados? Se os entes federados forem autorizados a captar recursos com o aval da União, os bancos poderiam participar?

A questão é: quanto há de espaço no orçamento dos Estados para esse tipo de amortização aos bancos? O governo federal vem fechando acordos com Estados e dando parâmetros de orçamento. Vamos analisar no tempo adequado. Uma coisa importante é que os Estados sempre foram tomadores de crédito. Atualmente, passam por dificuldades, mas a volta do crescimento econômico e os termos da renegociação com a União, com o apoio das assembleias, vão mudar esse cenário.

O Banco Central já fez ajustes técnicos nos compulsórios, mas sempre se espera redução de alíquotas. Esse corte ajudaria na retomada do crédito? A redução de alíquotas, para ser eficiente, teria de ter carimbo para os recursos que fossem liberados, como foi no caso de compra de carteiras de crédito?

O crédito funciona melhor e é mais eficiente quando exercido sem direcionamentos. Quanto mais se direciona, menos sobra para os demais, o que tem impacto no custo do dinheiro.

Acho que o crédito deve ser um cardápio de livre escolha para o cliente e para o banco. É o que constrói um sistema eficiente, pelo equilíbrio entre oferta e demanda. Esse tipo de direcionamento é uma prática conhecida e recorrente na economia brasileira. O resultado é que temos o crédito restrito. Não é esse modelo que vai melhorar o ambiente de negócios no Brasil.

O mercado de cartões no Brasil se desenvolveu com assimetrias e uma estrutura diferente de outros países. A mudança no rotativo é um primeiro passo de convergência de modelos. Qual o próximo?

O crédito rotativo é um financiamento automático, direto, sem nenhuma garantia da contraparte de quando e como seria o pagamento. Isso tira a previsibilidade e clareza na relação banco e cliente, o que gera mais custo. O conceito adotado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) foi correto. Ao estabelecer um plano de pagamento, isso tira o fator de incerteza.

O Banco Central, a Febraban (Federação Brasileira de Bancos) e a Abecs (Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços) estão conversando sobre a modernização e simplificação do sistema de crédito no Brasil e a pauta vai prosseguir.

A liderança entre os bancos privados sempre foi uma obsessão para os maiores players no Brasil. Com o HSBC, o Bradesco está satisfeito com a sua presença no País?

Depende de nós termos competência para exercer nossa capacidade comercial e crescer organicamente. Mas uma observação: não temos obsessão. Nosso sentimento é de gratidão aos milhões de clientes que nos dão a oportunidade de ser um dos maiores grupos financeiros neste País de imensas dimensões e extraordinário potencial econômico.

Embora o excesso de regulação no Brasil já tenha se provado eficaz, a concentração dos ativos do sistema nas mãos de poucos bancos é uma preocupação permanente. Há riscos?

Essa questão da regulação é fundamental. O Banco Central sempre foi uma referência mundial em termos de controles e regramento para a estabilidade do sistema financeiro. Isso vem do nosso histórico de choques econômicos, que sempre passavam pelos bancos para poderem ser implementados.

Depois das crises globais, os reguladores dos países desenvolvidos passaram a apertar os controles. Agora, a situação é de aumento sequencial das exigências de capital, mais e mais itens adicionais. O livrinho o Basileia começou com umas 30 páginas e já tem mais de 600.

Chegamos ao ponto de inibir não apenas o risco excessivo, mas de todo o risco. Isso leva o banco a selecionar de forma muito mais rigorosa para quem emprestar. É preciso bom senso e ajustar esse processo.

Correios vão reduzir total de agências

03/02/2017 – Fonte: Tribuna PR

Com quatro anos seguidos de prejuízo, os Correios estudam fechar agências próprias em grandes centros urbanos de todos os Estados brasileiros. A fusão de agências faz parte de um plano de economia que está sendo implementado pela direção para tentar reverter a crise que a Empresa Brasileira dos Correios e Telégrafos (ECT) enfrenta, mais de dez anos após ser o palco inaugural do escândalo do mensalão.

O número ainda não está fechado, mas a estatal – que registrou em 2016 prejuízo em torno de R\$ 2 bilhões, patamar semelhante ao de 2015 – vai fundir agências consideradas “superpostas”, ou seja, muito próximas. Um exemplo: na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, num raio de 10 km, existem 20 agências próprias da empresa, uma a menos de um km da outra.

“O processo está sendo feito em consonância com o Ministério das Comunicações, porque sabemos as reverberações que a medida vai trazer”, disse o presidente dos Correios, Guilherme Campos, ao Estado. Segundo ele, a estatal trabalha contra o tempo para colocar em prática o processo de “otimização e racionalização” dos serviços.

Atualmente, os Correios contam com 6.511 agências próprias. Responsável pela condução do estudo de fusão das agências, o vice-presidente da rede de agência e varejo, Cristiano Morbach, adianta que o “número vai cair bastante”.

A estratégia da empresa será ampliar a rede de agências franqueadas, pouco mais de mil hoje. Campos ainda planeja criar a figura de microempreendedor postal, uma pequena empresa que assumiria os serviços postais em localidades menores.

Com o fechamento de agências próprias, os Correios economizam nos custos de manutenção ou aluguel dos imóveis e no enxugamento do quadro de funcionários. As agências franqueadas são selecionadas por meio de uma oferta pública e remuneradas com um percentual das receitas dos serviços.

Atualmente, oferecem quase todos os serviços postais das agências próprias, mas não atuam como correspondentes bancários. Há negociações para que os franqueados possam também oferecer serviços financeiros por meio do Banco Postal.

Para o representante dos trabalhadores no conselho de administração dos Correios, Marcos César Alves Silva, a parceria da estatal com empresas privadas na rede franqueada, a princípio, não é ruim, mas é preciso que o processo seja feito com cautela.

“É preciso cuidado, planejamento e responsabilidade nessa hora”, alerta. “Alternativas de atendimento precisam ser bem testadas antes de serem amplamente utilizadas, pois um modelo teórico pode não funcionar bem na prática. A população não pode ficar mal atendida e menos ainda desassistida.”

Os outros dois pontos do plano de economia tocado por Campos são o plano de demissão voluntária (PDV) oferecido aos funcionários e a revisão da política de universalização dos serviços postais, que obriga a estatal a estar presente em todos os municípios.

Segundo o presidente dos Correios, o PDV já tem adesão de 2 mil pessoas nesses primeiros 15 dias – a estatal espera a adesão de 8,2 mil empregados e prevê economia anual entre R\$ 700 milhões e R\$ 1 bilhão. O prazo termina no dia 17. O fechamento das agências está em consonância, segundo Campos, com o enxugamento do número de funcionários.

Para o representante dos trabalhadores, em vez dessas medidas, os Correios deveriam investir em inovação e novos negócios. Ele critica acabar com o princípio da universalização. “Em muitos municípios, os Correios são a única representação do governo federal. Manter esse ponto em funcionamento é importante para a comunidade”, afirmou.

De acordo com Campos, o prejuízo de R\$ 2 bilhões de 2016 foi impactado pelo rombo de R\$ 1,8 bilhão da Postal Saúde, plano de assistência médica dos funcionários. “Ou reformulamos o plano ou ele acaba com a empresa”, disse. Hoje, os funcionários não pagam mensalidade para ter direito ao Postal Saúde. Em média, são descontados na folha 7% dos gastos individuais com assistência médica, hospitalar ou odontológica.

Pedidos de falência caem 33,9% em janeiro ante dezembro

03/02/2017 – Fonte: Tribuna PR

O número de pedidos de falência no Brasil em janeiro caiu 33,9% em relação a dezembro e recuou 12,2% em comparação com igual mês do ano passado, informou nesta quinta-feira, 2, a Boa Vista SCPC. Em 12 meses, no entanto, os pedidos ainda acumulam crescimento de 11,1% em relação aos 12 meses anteriores.

O número de falências decretadas teve queda de 24,2% em janeiro ante dezembro, mas avanço de 4,3% sobre o resultado de janeiro de 2016. No acumulado de 12 meses, as falências decretadas subiram 14%.

Quanto aos pedidos de recuperação judicial, houve retração de 36,5% no primeiro mês de 2017 ante o último de 2016 e contração de 35% na comparação com janeiro do ano passado. Porém, em 12 meses, os pedidos cresceram 39,4%.

Os pedidos de recuperação judicial que foram deferidos pela Justiça caíram 34,5% em janeiro ante dezembro e recuaram 17,4% sobre igual mês de 2016. No entanto, em 12 meses, os deferimentos avançaram 52,9%.

Cresce otimismo do empresário paranaense para 2017

03/02/2017 – Fonte: Bem Paraná

Pesquisa da Fecomércio PR revela que 49,4% dos empresários do comércio de bens, serviços e turismo possuem expectativa favorável para o 1º semestre

Os empresários do comércio de bens, serviços e turismo do Paraná começaram o ano mais otimistas. De acordo com pesquisa da Federação do Comércio de Bens, Serviços

e Turismo do Paraná (Fecomércio PR), 49,4% dos empresários têm expectativa de um faturamento melhor para o primeiro semestre de 2017.

Depois de uma forte onda de pessimismo, que chegou ao patamar mais baixo da série histórica no primeiro semestre de 2016, quando a confiança era de apenas 31%, a perspectiva positiva dos empreendedores voltou a subir já na metade do ano passado e apresenta duas altas sucessivas.

Na edição anterior da pesquisa, referente ao segundo semestre de 2016, 45,5% dos proprietários de estabelecimentos comerciais ou de prestação de serviços esperavam um semestre seguinte melhor. Até então, foram quatro semestres de quedas consecutivas nas expectativas favoráveis. Desde 2014 o indicador não chegava à casa dos 50%.

De acordo com o presidente do Sistema Fecomércio Sesc Senac PR, Darci Piana, esse crescimento revela a reversão das expectativas dos empresários do comércio de bens, serviços e turismo do Paraná para o início deste ano. "Verifica-se, a partir dos números para 2017, uma alteração psicológica importante do empresário, fruto da combinação das variáveis econômicas mais favoráveis e da mudança no cenário político nacional", avalia.

Nesse momento pode ser destacada a ocorrência de importantes alterações no desempenho das economias brasileira e paranaense que contribuem para uma percepção mais esperançosa dos empresários.

A redução da inflação e da taxa de juros Selic, o saldo positivo na balança comercial do Paraná no ano passado, superior ao desempenho de 2015, e os aumentos no Investimento Estrangeiro Direto (IED) e nas reservas cambiais do Banco Central formam um conjunto de fatores favorável ao empresariado.

"O crescimento do otimismo indica uma possibilidade consistente de início de um processo de recuperação para o comércio, mas que deverá também se adequar ao contexto de contenções ainda prevalentes na economia", completa Piana.

Quadro funcional

A pesquisa da Fecomércio PR aponta que 67% dos empresários pretendem manter o número de funcionários. Na edição anterior do estudo, esse índice era de 72%. Os que pretendem reduzir o número de funcionários são 14%, contra 15,1% no segundo semestre de 2016. Por outro lado, aumentou o percentual de gestores que planejam abrir novos postos de trabalho, que passou de 9,7% para 11%.

Dificuldades

A carga tributária elevada, aumento no custo das mercadorias, inflação e clientes descapitalizados são vistas como as maiores dificuldades para o crescimento.

Novos investimentos

Entre os empresários entrevistados, 24% pretendem realizar novos investimentos. Na pesquisa passada, esse percentual foi de 23%. As melhorias incluem reformas e modernização da estrutura, propaganda, novas linhas de produtos, informática e capacitação da equipe.

Análise regional

A pesquisa da Fecomércio contemplou as seis principais regiões do Estado: Curitiba, Londrina, Maringá, Campos Gerais, Oeste e Sudoeste.

Os empresários londrinenses possuem a maior expectativa favorável do Paraná, com 66%. Maringá é a segunda região mais otimista, com 54%. Já a região Oeste, que no 1º semestre de 2016 tinha o índice mais elevado de otimismo, agora se mostra a mais pessimista, com apenas 31% de expectativas favoráveis.

Em Curitiba e Região Metropolitana, 51% dos empresários acreditam que este será um semestre com faturamento melhor. No Sudoeste esse indicador é de 45% e de 32% em Ponta Grossa e Campos Gerais.

Sem carro novo, consumidor segura indústria da reposição

03/02/2017 – Fonte: Bem Paraná

A queda na venda de carros novos não foi ruim para toda a indústria automotiva. O setor de reposição conseguiu manter o nível de atividade com o impulso dos carros usados. A venda de pneus permaneceu praticamente estável (queda de 1,6%) porque, sem a compra de carros novos, quem tem um usado precisou trocar o pneu.

Assim, embora as vendas para reposição tenham recuado 1,8%, esse encolhimento foi muito menor do que o sofrido pelas vendas para carros novos, que caíram 9,2%, segundo dados da Associação Nacional da Indústria de Pneumáticos (Anip).

Peças de reposição, em geral, passaram por movimento semelhante. Na linha leve, o faturamento do segmento cresceu 5,35% no acumulado de janeiro a outubro em comparação ao mesmo período do ano anterior.

"Muitas fabricantes de peças não focavam tanto em reposição, mas com a queda na demanda por produtos originais, elas tiveram que se adaptar", afirma Elias Mofarej, conselheiro do sindicato das indústrias de peças. A preocupação com a manutenção de um veículo mais velho também aumentou a procura por oficinas.

Levantamento feito com 10 mil empresas do Estado de São Paulo mostra que a média de reparos diários passou de 76 no acumulado até novembro de 2015 para 84 até o mesmo mês do ano passado. O tíquete médio, porém, caiu de R\$ 542 para R\$ 521, sinal de que o proprietário estava disposto a fazer o necessário -sem ir além disso.

CONSÓRCIO De modo geral, o segmento de carros usados sobreviveu a 2016 com estabilidade das vendas. Associações do setor atribuem o relativo bom desempenho - quando comparado à venda dos novos- às alternativas ao financiamento bancário.

O consórcio para compra de usados cresceu 11,7% no último ano, em desaceleração quando comparado aos últimos anos, segundo dados da Cetip (empresa que registra gravames de veículos). Mas o crescimento dessa alternativa enquanto as concessões de crédito encolhem garantiu que o consórcio conquistasse 11% do mercado de usados.

Em um consórcio, uma pessoa que deseja comprar um bem -um carro ou uma casa, por exemplo- se junta a outras que têm o mesmo objetivo. Todo mês elas pagam o equivalente a uma parcela do bem, e um dos participantes desse condomínio é sorteado com a carta de crédito, que dará direito a compra do objeto desejado. Nessa estrutura, não há pagamento de juros, apenas taxa de administração para o banco, mas é preciso esperar para adquirir o bem.

Já o financiamento tem a cobrança de juros, e bancos, com medo de calotes durante a crise, têm aumentado a exigência do valor a ser pago como entrada. "A pessoa consegue adquirir um carro mais completo por preço menor e sem necessidade de pagar uma entrada", diz Alarico Assumpção, presidente da Fenabreve (entidade que representa as concessionárias).

Gilson Carvalho, presidente da Anef (associação das financeiras das montadoras), afirma que a principal dificuldade para conceder crédito é que as pessoas não buscaram empréstimos no último ano.

Ainda assim, o crédito junto a bancos e instituições ligadas à montadoras seguem como principal fonte de financiamento para compra de carros -sejam eles usados ou

novos. Para o planejador financeiro Renato Roizenblit, não houve uma migração de compradores para o consórcio, mas sim um represamento. "Acredito que as pessoas foram sorteadas e não utilizaram a carta de crédito. Nos últimos meses elas ficaram mais seguras sobre a economia e esse estoque começou a ser utilizado", afirma.

Indústria do Paraná perde R\$ 4,3 bilhões

03/02/2017 – Fonte: Bem Paraná

O Brasil terá 12 feriados ao longo de 2017, entre nacionais e pontos facultativos. Com as paralisações, as perdas da indústria paranaense devem chegar a R\$ 3,185 bilhões. Essa é a estimativa feita pela Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep), tomando por base os estudos realizados pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) e pela Mercer Consultoria.

Na avaliação da entidade paranaense, o cálculo da consultoria, de 12 dias de paralisação ao longo do ano, desconsidera o hábito brasileiro de estender os dias de folga, sobretudo quando o feriado cai na terça ou na quinta-feira.

E que, ao considerar que serão quatro feriados em quintas-feiras — deixando ociosas as sextas-feiras — a perda pode ser ainda maior (se não houver um plano de compensação de horas de trabalho), chegando a 6,02% do PIB industrial, ou R\$ 4,343 bilhões.

Só os quatro dias a mais de interrupção para o Carnaval podem representar uma perda de R\$ 1,158 bilhão na indústria do Estado.

Vale deve distribuir dividendos de pelo menos 25% sobre lucro de 2016, diz diretor

03/02/2017 – Fonte: UOL Economia

A mineradora brasileira Vale provavelmente fechou 2016 com lucro e, por isso, deverá pagar dividendos de pelo menos 25 por cento do resultado líquido, afirmou o diretor de Relações com Investidores da empresa, André Figueiredo, a jornalistas, em evento no Rio de Janeiro.

"Ano passado, a Vale provavelmente teve lucro e a gente é obrigado a distribuir pelo menos 25 por cento... não está decidido exatamente qual o percentual, mas temos essa obrigação e o faremos", afirmou Figueiredo, após apresentar uma palestra a investidores e analistas de mercado.

A empresa, segundo o executivo, é obrigada a pagar o percentual de 25 por cento toda vez que tem resultado positivo, mas o montante final pago aos acionistas depende de decisão no Conselho de Administração.

Figueiredo destacou que, no ano passado, a mineradora antecipou 250 milhões de dólares em dividendos, com base nos resultados da empresa nos primeiros nove meses e também em projeções. Caso seja apurado um lucro em 2016, a empresa terá que completar, frisou.

A partir de 2018, Figueiredo considera que poderá haver um aumento do nível de pagamento de dividendos, dependendo dos resultados alcançados ao longo deste ano. Segundo o executivo, 2017 será um ano focado na redução de dívidas, por meio de geração de caixa e desinvestimentos.

A Vale anunciou a venda de 3,8 bilhões de dólares em ativos não essenciais em 2016, sendo que a venda dos ativos de fertilizantes, para a Mosaic, depende ainda da aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), que deverá dar o seu parecer em algum momento neste ano, segundo o diretor.

Além dos recursos desta venda, a Vale também poderá concluir o negócio com a Mitsui em Moçambique que, segundo Figueiredo, está mais perto do que nunca da assinatura. Além disso, também podem ser anunciadas novas vendas de navios, explicou.

A venda de ativos essenciais, o chamado "core business", não é mais considerada pela empresa, diante de uma recuperação dos preços do minério de ferro, entre outros fatores.

Preço de minério de Ferro

O executivo afirmou que o aumento recente do preço do minério de ferro é resultado de uma demanda física robusta da China e acrescentou que a empresa está mais otimista que o mercado em relação a preços do minério de ferro para este ano.

"Nós estamos mais otimistas em relação ao preço de minério de ferro do que talvez o consenso de mercado", disse o executivo, evitando apontar qual o nível considerado do consenso e qual exatamente o valor estimado pela empresa, maior produtora global da commodity.

"Esse movimento de alta de preços é real e não é derivado de especulação de mercado futuro, é derivado de produtos da Vale e dos nossos competidores."

O preço do minério de ferro na bolsa chinesa de Dalian subiu 17,4 por cento entre 3 e 26 de janeiro, último dia antes do período de feriados do Ano Novo Lunar, para 646,5 iuanes por tonelada.

Aposta de investidores em corte maior da Selic faz juro futuro cair

03/02/2017 – Fonte: GS Notícias

As taxas dos contratos futuros fecharam em queda na BM&F, com os investidores ampliando as apostas em um corte maior da taxa básica de juros diante de uma revisão para baixo das projeções de inflação e do quadro de atividade fraca. A queda do dólar e a recuperação mais lenta que a esperada da atividade têm levado os economistas a revisar as projeções de inflação, com muitas instituições já prevendo um IPCA abaixo da meta de 4,5%.

A gestora Quantitas revisou a projeção de inflação para 4,4% neste ano, mas manteve a expectativa de Selic a 9,75% no fim do ano. "A curva reflete hoje um corte da Selic próximo da nossa projeção, mas o risco é de uma taxa de juros mais baixa", afirma Rogério Braga, sócio e gestor da Quantitas.

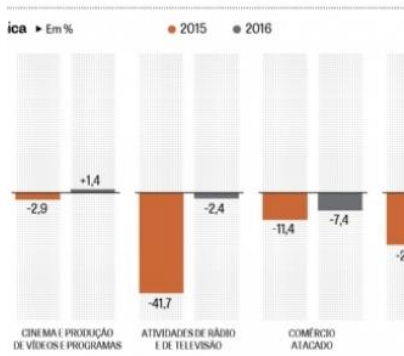
Na BM&F, o DI para janeiro de 2018 caiu de 10,895% para 10,87% no fechamento do pregão regular, enquanto o DI para janeiro de 2019 recuou de 10,35% para 10,32%. E o DI para janeiro de 2021 passou de 10,67% para 10,60%. Lá fora, as taxas dos títulos do Tesouro americano operavam em queda, com os investidores à espera do relatório de emprego nos Estados Unidos ('payroll') que será divulgado nesta sexta-feira.

Na semana passada, os pedidos iniciais de auxílio-desemprego caíram para 246 mil, abaixo da expectativa do mercado que era de 251 mil. No mercado local, o foco esteve voltado para a votação do novo presidente da Câmara.

Visto como um aliado do governo, Rodrigo Maia (DEM-RJ) foi reeleito. A decisão sobre a presidência do Congresso é considerada importante para o avanço da agenda de reformas, entre elas a da Previdência.

Aumenta contribuição dos setores para arrecadação tributária federal

03/02/2017 – Fonte: GS Notícias



Dados da arrecadação federal de 80 atividades econômicas sinalizam para uma pequena retomada da economia. Enquanto em 2015 somente nove setores apresentaram alta de receita, em 2016, este número aumentou para 24.

As informações foram consolidadas pelo DCI a partir da base de dados da Receita Federal. Das 24 atividades cuja arrecadação de tributos federais expandiu em 2016, nove estão crescendo desde 2015 e 15 recuperaram receita no ano passado.

No primeiro grupo estão, por exemplo, as atividades de atenção à saúde humana que, após avançarem 4,3% em 2015, em termos reais (correção inflacionária), geraram mais 10,5% de receita tributária em 2016, alcançando R\$ 15 bilhões. Já as atividades de serviços financeiros cresceram 6,5% no ano passado, para R\$ 153 bilhões, ante alta de 2,5% em 2015.

Os serviços de educação e a pesquisa científica, por sua vez, avançaram 2,6% e 5,7% em 2016, para R\$ 19 bilhões e R\$ 1,4 bilhão, respectivamente, enquanto em 2015, essas altas foram de 1,24% e 1,71%.

Reversão

Já algumas das atividades que estavam caindo em 2015, mas que recuperaram receita no ano passado, foram os serviços de escritório (+3,5%, para R\$ 21 bilhões); fabricação de produtos químicos (+1,5%, para R\$ 19 bilhões); fabricação de produtos alimentícios (+2,7%, para R\$ 13 bilhões); atividades jurídicas e de contabilidade (+5,2%, para R\$ 6,2 bilhões); publicidade e pesquisa de mercado (+3,4%, para R\$ 3,5 bilhões), entre outras.

Na avaliação do professor de economia da Fundação Instituto de Administração (FIA) Rodolfo Olivo, esses dados mostram que uma recuperação na economia do País já começa a acontecer.

"As atividades que tiveram alguma reação em 2016 são, geralmente, ligadas a empresas de consumo e serviços. O processo é este mesmo. Quando há uma recuperação, são esses os setores que se movimentam, pois eles começam a utilizar a capacidade instalada já existente para prestar um serviço, por exemplo", comenta.

"No entanto, para essas empresas demandarem novos produtos da indústria pesada elas têm que atingir o máximo da sua capacidade, o que ainda demora a acontecer. É por isso que as indústrias de metalurgia e máquinas e equipamentos estão em queda", complementa Olivo.

Os dois últimos setores citados pelo professor da FIA estão no grupo das 26 atividades econômicas que aceleraram queda na passagem de 2015 para 2016. A metalurgia despencou 35%, em termos reais, em 2016, gerando receita tributária de R\$ 6 bilhões, enquanto em 2015 havia recuado 29%. Já a fabricação de máquinas e equipamentos

caiu 18% no ano passado, somando R\$ 7 bilhões, ante queda de 7% registrada no ano de 2015.

Para o professor de economia Fipecafi Silvio Paixão a recuperação do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil também não terá um grande impulso neste ano. "Se a economia ficar no zero a zero já será um ganho. As pessoas podem até aumentar o seu consumo, mas este será bem mais cuidadoso e criterioso do que antes", diz.

O professor acrescenta que o avanço no setor de educação revela uma maior preocupação das pessoas em se qualificar para conseguir um posto no mercado de trabalho frente à alta taxa de desemprego.

Já sobre o crescimento da receita tributária oriunda do setor de saúde, Silvio argumenta que o aumento acima da inflação dos preços dos planos de saúde e o crescimento de serviços populares podem ter contribuído para um avanço na arrecadação do segmento.

Vendas da Fiat Chrysler seguem em queda

03/02/2017 – Fonte: GS Notícias

A Fiat Chrysler Automóveis (FCA) abriu 2017 com números negativos. A montadora com planta em Betim, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), vendeu 19,8 mil automóveis e comerciais leves em janeiro, uma queda de 32,7% frente aos emplacamentos do mês anterior (29,4 mil). Em relação ao mesmo mês de 2016, quando foram comercializadas 23 mil unidades, a redução foi de 14%.

De acordo com os dados da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrade), a montadora italiana ficou com 13,8% de participação no segmento em janeiro, permanecendo atrás da GM, que abocanhou 19,2% no market share.

Em janeiro, a GM vendeu 27,6 mil veículos, superando as vendas da Fiat em 39,3%. Mesmo com o bom resultado frente a concorrente, no primeiro mês de 2017 a GM apurou queda de 25,8% em relação a dezembro 37,2 mil. Mas na comparação com janeiro 2016, quando comercializou 27,1 mil veículos, registrou aumento de 1,8%.

Em 2016, os emplacamentos da Fiat somaram 304,9 mil contra 387,9 mil em 2015, uma queda de 21,4%, superando a retração nacional do segmento, de 19,8% no período.

Depois de 12 anos ininterruptos à frente do mercado de automóveis e comerciais leves, o resultado empurrou a marca italiana para a segunda posição do ranking no segmento referente a 2016, com 15,3% de participação, atrás da GM, que ficou com 17,4% da fatia.

Desde 2014, a Fiat vem adotando uma série de medidas para contrabalançar a queda nas vendas. Só em 2016, a montadora concedeu férias coletivas por duas vezes e licença remunerada para os funcionários da planta mineira uma vez, a primeira da sua história. A Fiat também enfrentou problemas com fornecedores, chegando a ter a produção paralisada na unidade em maio do exercício passado.

Mercedes-Benz vende 125 mil vans Sprinter em 20 anos

03/02/2017 – Fonte: GS Notícias

Com diversificado portfólio, a Sprinter criou o segmento de "vans grandes" (3,5 a 5 toneladas de peso bruto total) no mercado nacional. "O volume de 125 mil unidades atesta o sucesso dos veículos comerciais leves da nossa marca no País, segmento

atendido a partir de 1994 com o modelo MB 180", salienta Werner Schaal, gerente sênior de marketing e vendas da Mercedes-Benz do Brasil.

A atual geração da Sprinter, lançada em 2016, trouxe avanços tecnológicos ao segmento, como o assistente de vento lateral (que minimiza as oscilações da carroceria), farol de neblina com assistente direcional integrado e luzes de circulação diurna.

O veículo também traz programa eletrônico de estabilidade adaptativo, integrado aos sistemas antitravamento dos freios (ABS), de controle de tração e de distribuição das forças de frenagem.

Tempos de convergências

03/02/2017 – Fonte: GS Notícias

O debate sobre cidades inovadoras geralmente coloca ênfase exagerada na tecnologia e nos processos de inovação, esquecendo que o principal ativo de qualquer lugar é as pessoas. Não basta o uso massivo de tecnologias digitais. Para as cidades prosperarem, as pessoas devem refletir sobre as novas técnicas, aprender a criá-las em colaboração, sem jamais esquecer de que essas ferramentas são apenas parte, por vezes insignificantes, das soluções que irão transformar a sociedade.

É ilustrativo o caso do "Tá no Mapa", no Rio de Janeiro. Os organizadores do projeto perceberam que muitas favelas não aparecem em mapas digitais, porque as companhias que os fazem não se arriscam a entrar em ambientes que consideram hostis.

Para acabar com essa "invisibilidade digital", o AfroReggae primeiro conquistou a simpatia de moradores de comunidades como as de Parada de Lucas, Caju, Rocinha Vidigal, e depois mobilizou a população para colaborar no projeto de mapeamento digital dos diversos ambientes marginalizados no Rio.

A tecnologia para a criação da plataforma colaborativa era relativamente simples. Difícil estava conseguir o engajamento das pessoas - afinal elas teriam de gastar tempo e energia numa ideia que não tinham como saber se daria certo.

Os organizadores resolveram esse obstáculo de forma simples, ao estabelecer um propósito inspirador: "O muro que separa a favela da cidade também é digital. E esse muro o Afroreggae vai quebrar", diz um dos vídeos sobre o projeto (<http://www.tanomapa.org/>).

Sem a vontade dos moradores em colocar as favelas no mundo digital, o projeto seria uma mera plataforma de boas intenções. A melhor tecnologia do mundo não faria a menor diferença se as pessoas não vissem um propósito e um sentido de utilidade no "Tá no Mapa".

Existe hoje uma certa euforia por acelerar a criação de produtos, especialmente em eventos de prototipagem rápida, como os hackathons. As pessoas e seus anseios, porém, ficam relegadas a um segundo plano, como se fossem um subproduto da tecnologia.

Cidades inteligentes devem concentrar sua atenção sobre o desenvolvimento da potencialidade dos indivíduos em suas mais diferentes dimensões - intelectual, artística, cívica e emocional. Estimular a economia criativa. Induzir a colaboração.

Fomentar a interação dos mais diversos campos do saber, para que ideias transitem de um campo a outro, gerando atritos e possibilitando a emergência do novo.

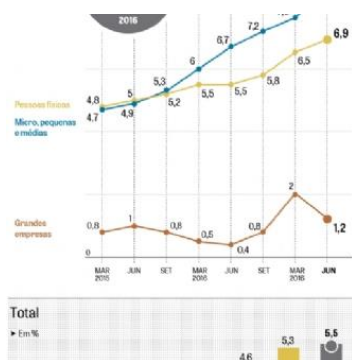
A inovação surge mais facilmente da aceitação da diferença, do respeitoso conflito entre diferentes posicionamentos, da tolerância a conceitos fora do comum - como dizia Salvador Dali, "tudo que é contraditório gera vida".

Numa sociedade madura, os pontos de vista divergentes não são obstáculos. Ao serem compartilhados, por estranho que pareça, geram colaboração. E é aqui que o poder público assume um papel fundamental. A primeira tarefa de uma cidade inteligente é dizer qual é o propósito maior que a inspira.

Mas essa visão precisa ter lá seu tempero, como possui a visão do AfroReggae, em seu projeto para tirar as favelas do limbo digital. Se for genuína e conectada com os anseios locais, certamente será vencedora, porque irá alavancar a energia potencial latente na sociedade. Só depois que essa tarefa for realizada é que se deve empregar de forma obstinada toda a energia existente para construir o futuro maior que se propõe.

Inadimplência de empresas menores cairá até o final do ano, diz o Bradesco

03/02/2017 – Fonte: GS Notícias



A inadimplência (calote) de micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) tende a cair no segundo semestre de 2017, apontou o diretor departamental do Banco Bradesco, Carlos Wagner Firetti.

"O pico da inadimplência está ocorrendo agora no primeiro semestre. Isso está em linha com a nossa percepção de que está muito próximo o fim desse ciclo de aumento da inadimplência. E a partir do segundo semestre, com a atividade econômica ganhando corpo, nós acreditamos que o desempenho será melhor", disse Firetti em teleconferência realizada ontem.

Em resposta ao DCI, o executivo argumentou que as empresas menores são diretamente afetadas pela retração da economia brasileira. Mas Carlos Firetti também explicou que essa carteira de MPMEs está encolhendo, o que traz um componente de expansão proporcional do índice de inadimplência.

De fato, o volume de crédito para esse segmento caiu 7,1% para R\$ 102,5 bilhões em dezembro de 2016, de R\$ 110,38 bilhões no final de 2015. "Se trouxemos para o último trimestre, no NPL Creation [financiamentos novos], a inadimplência mostra estabilidade", minimizou.

A inadimplência na carteira de micro, pequenas e médias empresas alcançaram 8,62% em dezembro de 2016, ante 6% no final de 2015. No conceito de NPL Creation, o índice de atrasos acima de 90 dias dessas empresas menores avançou para 2,9% no quarto trimestre de 2016, frente 2% no mesmo período de 2015.

Em números gerais, o índice de inadimplência total avançou para 5,51% no quarto trimestre de 2016, ante 5,35% no trimestre anterior.

O atraso acima de 90 dias das pessoas físicas também esteve elevado no final de 2016, quando alcançou 6,94%, frente a 5,5% em dezembro de 2015. Mas neste caso, Firetti aponta que já existe uma melhora nos indicadores.

"Na pessoa física houve uma redução da inadimplência por causa da mudança de mix da carteira. Nós crescemos mais em empréstimos consignados e financiamentos imobiliários, o que de certa forma foi adicionando crédito de menor risco", diz.

Na inadimplência de curto prazo, ou seja, em atrasos de 15 dias até 90 dias, o indicador do segmento de pessoas físicas mostrou redução de 0,69 ponto percentual, de 6,47% em setembro de 2016, para 5,78% em dezembro do ano passado.

Os produtos que apresentaram maior crescimento nos últimos 12 meses para pessoas físicas foram o financiamento imobiliário e cartão de crédito. Enquanto entre os destaques da carteira de pessoas jurídicas (empresas) houve um avanço de operações de debêntures e notas promissórias e do financiamento à exportação.

Conforme o balanço do banco, o lucro líquido ajustado caiu 4,2% para R\$ 17,121 bilhões em 2016. O Bradesco registrou despesas com provisão de devedores duvidosos (PDD) de R\$ 21,739 bilhões, um aumento de 43,3% em relação ao valor de R\$ 15,174 bilhões registrado no ano de 2015.

Expectativas

Para o presidente do Bradesco, Luiz Carlos Trabuco Cappi, 2017 será o ano da virada da economia brasileira. "Nós somos otimistas com o futuro do Brasil, o setor do agronegócio vai injetar R\$ 200 bilhões na economia nesse ano, a inflação caminha para o centro da meta (4,5% ao ano) e a Selic (taxa básica de juros para um dígito", disse Trabuco à imprensa.

De acordo com as expectativas (guidance) divulgado pela instituição, a carteira de crédito expandida do Bradesco deve crescer entre 1% a 5% em 2017; as receitas com prestação de serviços podem aumentar entre 7% a 11%; e os prêmios (receitas) com seguros terão incremento de 4% a 8% no ano.

Em 2016, as rendas com cartão aumentaram 7,9% para o montante de R\$ 10,374 bilhões; as tarifas com conta corrente geraram R\$ 6,012 bilhões em receitas (+21,6%), e a administração de fundos evoluiu 18,1% para R\$ 3,09 bilhões.

O banco mostrou expansão de 23% em receitas com consórcios para R\$ 1,279 bilhão; e alta de 37,7% em assessoria financeira para R\$ 745 milhões; e aumento de 30,2% em serviços de custódia e corretagens para R\$ 725 milhões.

Nos custos, as despesas com pessoal aumentaram 20% para R\$ 17,6 bilhões, impactado pela fusão com o ex-HSBC Brasil. De setembro para dezembro, o número de funcionários caiu de 109,9 mil para 108,8 mil.

Indústria despensa 16,9% em três anos. Felizmente, chegou o fundo do poço

03/02/2017 – Fonte: UOL Economia

A indústria encolheu 16,9% entre 2014 e 2016. Na comparação com o mês de dezembro de 2015, a produção industrial apresentou queda de 0,1%, pelo 34º mês consecutivo.

O IBGE divulgou nesta semana o resultado da produção industrial de dezembro. O setor registrou queda de 6,6% em 2016. Esta é a terceira queda anual consecutiva. Em 2014 o setor havia apresentado queda de 3,0% e em 2015 de 8,2%.

A queda de 0,1% de dezembro foi a menor de todo o período.

Em relação ao mês de novembro, houve alta de 2,3% em dezembro em relação a novembro. A maior alta na comparação mensal desde julho de 2013. E, por fim, foi o segundo mês de alta produção, que já havia subido 0,4% no mês passado. Ou seja, embora muito lentamente, o cenário parece estar mudando.

Os indicadores de confiança do setor mostraram altas expressivas em janeiro. Outros dois dados mostraram significativa melhora no mês de dezembro: fluxo de veículos pesados em estradas pedagiadas e produção de papel ondulado. Conhecidos como indicadores antecedentes.

O primeiro dá uma ideia do fluxo de bens transportado nas estradas. Quanto mais bens, mais caminhões. E o segundo, reflete a quantidade de bens embalados na economia. Também, quanto maior a produção maior a quantidade de bens embalados.

De novembro para dezembro, a produção de papelão ondulado, caixa, acessórios e chapas, cresceu 1,3%. E o fluxo de veículos pesados em estradas pedagiadas subiu 4,8% também na comparação mensal entre dezembro e janeiro.

Com isso, a queda sustentada dos juros ao longo do ano e um ambiente de avanço das reformas econômicas deve levar o setor a crescer cerca de 1,5% no ano. Será o fim das quedas sucessivas. A taxa Selic está em 13,00% a.a. e deve fechar 2017 em 9,5%. A reforma da previdência e a PEC dos gastos são essenciais para viabilizar este avanço.

Dessa maneira, a recuperação da atividade econômica deve começar pelo setor industrial, e essas duas altas consecutivas indicam que o país começa a sair do buraco. Provavelmente a indústria deve voltar a crescer já neste primeiro trimestre.

Essa recuperação da indústria é importante na geração de empregos, que deve ocorrer com mais intensidade a partir do segundo semestre do ano. O país hoje tem 12,3 milhões de pessoas desempregadas. O fundo do poço chegou. Agora é saber voltar à superfície.

Lucro da fabricante de embalagens Ball cai 75% no 4º trimestre

03/02/2017 – Fonte: UOL Economia

A fabricante americana de embalagens de alumínio Ball registrou um lucro líquido de US\$ 14 milhões no quarto trimestre do ano passado, queda de 74,5% sobre o ganho apresentado no mesmo período do ano anterior. Para 2016 como um todo, o lucro líquido foi de US\$ 224 milhões, recuo de 20,3% em relação a 2015.

A receita líquida entre outubro e dezembro subiu 39,4%, para US\$ 2,52 bilhões, enquanto a receita em 2016 avançou 14%, para US\$ 9,12 bilhões.

No balanço divulgado nesta quinta-feira, a Ball destaca que, durante a segunda metade do ano passado, realinhou uma série de segmentos operacionais como resultado da transação de fusão com a também fabricante de latas Rexam e que, por isso, precisou ajustar valores de períodos anteriores.

"Depois de um ano muito complexo, nossos resultados comparáveis de 2016 ficaram em linha com nossas expectativas", afirmou John A. Hayes, diretor-presidente da empresa, em comunicado.

A Ball também disse que "o momento de geração de valor sequencial" deve seguir em 2017 e que o segmento de produtos para embalagens está "muito bem posicionado" para apoiar os planos da empresa.

Com essa leitura, a companhia reafirmou as metas financeiras para 2017 até 2019,

com a expectativa de sinergias de US\$ 150 milhões a serem reconhecidas este ano e pelo menos mais US\$ 150 milhões até o fim de 2019.

Bolsa fecha em queda de 0,4%, após 2 altas seguidas; Bradesco cai quase 4%

03/02/2017 – Fonte: UOL Economia

O Ibovespa, principal índice da Bolsa brasileira, fechou esta quinta-feira (2) em queda de 0,4%, a 64.578,22 pontos, após duas altas seguidas. Na véspera, a Bovespa havia fechado com valorização de 0,26%.

O resultado desta sessão foi influenciado, principalmente, pelo desempenho negativo das ações de bancos, além dos papéis da Petrobras, da mineradora Vale e da Ambev. Essas empresas têm grande peso sobre o Ibovespa.

Lucro do Bradesco cai em 2016

As ações do Bradesco (BBDC4) lideraram as perdas do Ibovespa hoje, com queda de 3,73%, a R\$ 31,20.

O segundo maior banco privado do país, atrás apenas do Itaú Unibanco, anunciou nesta quinta-feira que teve lucro líquido de R\$ 15,084 bilhões em 2016, queda de 12,25% em relação ao resultado de 2015 (R\$ 17,19 bilhões).

Dólar fecha em queda de 0,89%, a R\$ 3,12

No mercado de câmbio, o dólar comercial fechou em queda de 0,89%, a R\$ 3,122 na venda. Este é o menor valor de fechamento desde 25 de outubro, quando a moeda havia terminado o dia valendo R\$ 3,107. Ontem, o dólar fechou praticamente estável.

Aposta de investidores em corte maior da Selic faz juro futuro cair

03/02/2017 – Fonte: UOL Economia

As taxas dos contratos futuros fecharam em queda na BM&F, com os investidores ampliando as apostas em um corte maior da taxa básica de juros diante de uma revisão para baixo das projeções de inflação e do quadro de atividade fraca.

A queda do dólar e a recuperação mais lenta que a esperada da atividade têm levado os economistas a revisar as projeções de inflação, com muitas instituições já prevendo um IPCA abaixo da meta de 4,5%.

A gestora Quantitas revisou a projeção de inflação para 4,4% neste ano, mas manteve a expectativa de Selic a 9,75% no fim do ano. "A curva reflete hoje um corte da Selic próximo da nossa projeção, mas o risco é de uma taxa de juros mais baixa", afirma Rogério Braga, sócio e gestor da Quantitas.

Na BM&F, o DI para janeiro de 2018 caiu de 10,895% para 10,87% no fechamento do pregão regular, enquanto o DI para janeiro de 2019 recuou de 10,35% para 10,32%. E o DI para janeiro de 2021 passou de 10,67% para 10,60%.

Lá fora, as taxas dos títulos do Tesouro americano operavam em queda, com os investidores à espera do relatório de emprego nos Estados Unidos ('payroll') que será divulgado nesta sexta-feira. Na semana passada, os pedidos iniciais de auxílio-desemprego caíram para 246 mil, abaixo da expectativa do mercado que era de 251 mil.

No mercado local, o foco esteve voltado para a votação do novo presidente da Câmara. Visto como um aliado do governo, Rodrigo Maia (DEM-RJ) foi reeleito. A decisão sobre a presidência do Congresso é considerada importante para o avanço da agenda de reformas, entre elas a da Previdência.

Carros elétricos podem barrar alta da demanda de carvão e petróleo em 2020

03/02/2017 – Fonte: Automotive Business



Estudo do Grantham Institute, especializado em pesquisas sobre mudanças climáticas e meio ambiente sediado no Imperial College de Londres, em conjunto com o Carbon Tracker Initiative, aponta que a queda dos custos dos veículos elétricos e da tecnologia solar tem potencial para barrar o crescimento da demanda global de petróleo e carvão já a partir de 2020.

O estudo 'Espere o inesperado: o poder disruptivo da tecnologia de baixa emissão de carbono' que acaba de ser divulgado expõe vasta e completa fonte de dados sobre os impactos do aumento do uso dessas tecnologias limpas em detrimento das fontes de energias tradicionais e de origem fóssil.

O relatório aponta que somente o crescimento de veículos elétricos (EVs) pode fazer com que 2 milhões de barris de petróleo por dia deixem de ser usados até 2025. O estudo adverte que a demanda por carros cresce a taxa de 60% ao ano e já há mais de 1 milhão deles pelas estradas de todo o mundo.

Por sua vez, os custos das baterias caíram 73% (para US\$ 268 / kWh) entre 2009 e 2015, de acordo com o Departamento de Energia dos Estados Unidos. A Tesla, fabricante de carros elétricos, prevê que este valor chegue a US\$ 100 / kWh até 2020.

A pesquisa sugere que os combustíveis fósseis podem perder 10% da sua participação de mercado para a energia solar fotovoltaica e para veículos elétricos em uma única década.

Tal efeito não parece tão relevante, mas pode ser o começo do fim: uma perda de 10% de participação no mercado de energia causou o colapso da indústria de mineração de carvão dos Estados Unidos e as cinco maiores empresas de energia elétrica da Europa perderam mais de € 100 bilhões entre 2008 e 2013 porque não contavam com o crescimento de 8% do uso de energias renováveis, das quais a solar fotovoltaica teve maior parcela.

CARRO ELÉTRICO PODE SER MAIS BARATO

Os cenários deste estudo assumem que os veículos elétricos serão mais baratos que os convencionais a uma taxa gradual a partir de 2020. O relatório conclui que os veículos elétricos poderiam ter um quinto do mercado de transporte rodoviário em 2030 e, com o crescimento adicional de carros com célula de hidrogênio e dos híbridos, os modelos convencionais poderiam representar menos da metade do mercado.

Para 2050, os veículos elétricos podem vir a representar 69% do mercado (cerca de 1,7 bilhão de unidades), enquanto os modelos convencionais a combustão responderão por apenas 12%.

“Veículos elétricos e energia solar são pontos-chave que a indústria de combustíveis fósseis sempre subestima.

A possível chegada de outras inovações pode fazer com que nossos cenários para daqui 5 anos pareçam conservadores: neste caso, o erro na previsão da demanda por parte das empresas será ainda maior”, alerta o pesquisador sênior da Carbon Tracker, Luke Sussams.

Entre os pontos elencados nos estudos sobre os impactos do aumento do uso das tecnologias limpas, pode-se destacar que a energia fotovoltaica solar poderia fornecer 23% da geração de energia global em 2040 e 29% até 2050, eliminando totalmente o carvão e deixando o gás natural com apenas 1% de participação de mercado. Sobre este contexto, a ExxonMobil prevê todas as fontes renováveis fornecendo apenas 11% da geração de energia global em 2040.

Já os veículos elétricos poderiam representar um terço do mercado de transporte rodoviário até 2035, mais da metade do mercado em 2040 e mais de dois terços de participação de mercado até 2050: o BP Energy Outlook 2017 prevê que os veículos elétricos representarão apenas 6% do mercado em 2035.

A demanda por carvão poderia atingir o pico em 2020 e cair para metade dos níveis de 2012 até 2050. A demanda de petróleo poderia ser estável de 2020 para 2030 e, em seguida, cair de forma constante até 2050.

A maioria das grandes empresas de petróleo e gás não esperam que o carvão atinja seu pico de consumo antes de 2030 e nenhuma prevê o pico do petróleo antes de 2040.

Neste cenário, o aquecimento global seria limitado a 2,4° C a 2,7° C em 2100 (probabilidades de 50% e 66%, respectivamente). Trata-se de uma diferença significativamente menor em relação ao cenário previsto atualmente, que projeta um aumento médio de temperatura de 4°C ou mais, índice altamente usado pela indústria de energia.

“A maioria das análises de previsões de baixo carbono considera o que precisa ser feito para atingir os ambiciosos objetivos climáticos, como o de manter o aquecimento global abaixo dos 2° C. Aqui olhamos o que aconteceria com o sistema energético global e a temperatura global se as opções de menor custo fossem implementadas, à luz das últimas projeções de custos da energia solar fotovoltaica e dos veículos elétricos. É hora de entendermos completamente as implicações da incessante trajetória dessas tecnologias na curva de custos”, enfatiza o pesquisador sênior do Imperial College Ajay Gambhir.

VW tem nova proposta para resolver dieselgate

03/02/2017 – Fonte: Automotive Business



A VW anunciou novas propostas de acordo para resolver pendências ligadas ao dieselgate nos Estados Unidos, agora envolvendo 78 mil veículos equipados com motor 3.0 turbodiesel. O novo pacto foi apresentado à Corte de São Francisco e implicará o pagamento de US\$ 1,2 bilhão em recompras de automóveis equipados com esses motores.

Com o acordo atual chega-se a US\$ 20,2 bilhões em indenizações e multas nos Estados Unidos. O novo pacto se soma a um primeiro ocorrido em outubro de 2016, que estabelecia US\$ 14,7 bilhões em programas de recompra e indenizações a consumidores de modelos equipados com motores 2.0 a diesel.

Além dessas indenizações, em 10 de janeiro de 2017 a montadora confirmou o pagamento de multa de US\$ 4,3 bilhões em razão do dieselgate.

Os carros equipados com motor 3.0 TDI e vendidos no mercado americano são os Audi A6, A7, A8, Q5 e Q7, Porsche Cayenne e Volkswagen Touareg. O acordo foi dividido em duas partes. A primeira cobre cerca de 20 mil unidades e enquadra os modelos Q7 e Touareg montados entre 2009 e 2012. A segunda é válida para carros de 2013 a 2016 (Q5, Q7, Touareg, A6, A7, A8 e Cayenne).

Para os mais velhos, cerca de 20 mil, haverá a recompra ou oferta de crédito. Também está na proposta a possibilidade de modificar os carros para que continuem rodando dentro dos limites legais de emissões.

Para os mais novos, de 2013 a 2016, a proposta é de um recall para que passem a atender às normas vigentes de controle de poluentes. A VW quer iniciar o programa para os veículos TDI 3.0 assim que o tribunal conceder a aprovação final, o que deve ocorrer em maio.

Meritor: otimismo na retomada do mercado de caminhões

03/02/2017 – Fonte: Automotive Business



Silvio Barros, diretor geral e vice-presidente da Meritor para a América do Sul, demonstra otimismo em relação à retomada do mercado de caminhões. Ele disse a Automotive Business que a Lava Jato pode colocar alguma morosidade na recuperação do segmento, mas é preciso lembrar que a crise tem sido longa e, em razão disso, há demanda reprimida.

Ele lembra que as vendas de caminhões estão em patamares similares aos do ano 2000, quando o PIB per capita e a renda agrícola eram um terço dos atuais.

O executivo enumera também outras razões para justificar suas expectativas, como a aprovação da PEC dos gastos que, segundo ele, traz maior previsibilidade à economia, a queda dos juros, que sinaliza controle da inflação e queda no custo de investimento.

“Precisamos investir com urgência em infraestrutura”, alerta o executivo da fabricante de eixos para veículos pesados.

Há mais na lista: perspectiva positiva para a aprovação da reforma da previdência, liberação das contas inativas do FGTS, que pode injetar R\$ 40 bilhões na economia, e uma super-safra, 15% acima da última e com receita de R\$ 240 bilhões no mercado.

Objetivamente, ele considera que o inventário da frota de caminhões deixa a desejar e tanto fabricantes dos veículos quanto os concessionários vão forçar a produção para não perder as consultas de novos clientes.

Finalmente, para embasar seu otimismo, Barros diz que o volume de novas consultas (que precedem os pedidos efetivos) aumentou durante janeiro e indicam os números dos mais elevados dos últimos dois anos, segundo depoimento de alguns fabricantes de caminhões.

A evolução do mercado de veículos do segmento estará em pauta no Fórum da Indústria Automobilística, promovido por Automotive Business dia 17 de abril, em São

Paulo, com a presença de representantes de fabricantes de caminhões como Ford, MAN e Mercedes.

Novos Inversores U1000 da Yaskawa trazem maior eficiência e energia limpa

03/02/2017 – Fonte: CIMM

Os inversores U1000 produzidos pela Yaskawa Elétrico do Brasil, além de proporcionar a variação de velocidade com alto torque e suavidade, garantida pelo controle vetorial de fluxo, são reconhecidos como a solução ideal para aplicações que requeiram regeneração de energia e/ou energia limpa (Certificação Leed) com baixos níveis de harmônicos. A rede atende os rigorosos limites de distorção harmônica da IEEE519.

Importante ressaltar que a tecnologia Matrix do U1000 de conversão CA/CA diretamente substitui com grandes vantagens a tradicional tecnologia AFE (Active Front End), incluindo em um único invólucro o Inversor de Frequência, Módulo regenerativo, Reator e Filtros harmônicos, ocupando muito menos espaço em painéis e salas elétricas. O resultado é a vantagem adicional de ocupar espaço menor que as soluções convencionais.

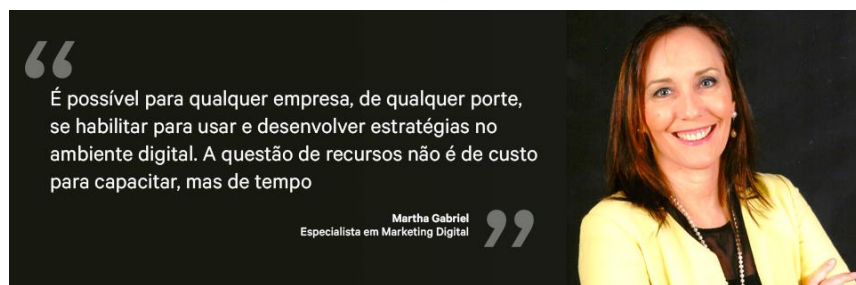
Entre suas aplicações, destaque para elevadores sem engrenagens (Gearless), dinamômetros e balanceamento, escadas e pontes rolantes, guinchos, guindastes, ventilação e ar condicionado HVAC, entre outros.

A série U1000 está disponível nas potências de 10 a 100CV na Classe 200V e 7,5 a 750CV na classe 400V.

ENTREVISTA: Está cada vez mais difícil para qualquer empresa sobreviver ignorando as redes sociais, diz Martha Gabriel

03/02/2017 – Fonte: CNI

A escritora e consultora na área de marketing digital, inovação e educação comenta as mudanças na rotina das empresas com o empoderamento dos consumidores e dá dicas para as empresas se adaptarem.



A disseminação do uso das redes sociais entre a população faz com que se torne cada vez mais difícil para uma empresa sobreviver ignorando esse tipo de relação virtual. Mesmo as pequenas empresas têm que estar nas redes sociais e investir tempo nessa atuação, orienta a especialista em marketing digital Martha Gabriel, autora do best seller "Marketing na Era Digital" e finalista do Prêmio Jabuti 2014 com o livro "Educ@r: a (r)evolução digital na educação".

Nesta entrevista exclusiva para a [Agência CNI de Notícias](#), Martha avalia o empoderamento do consumidor advindo com as redes sociais e dá uma série de dicas para os empresários se adaptarem. "Existem três pilares fundamentais para que qualquer empresa (pequena ou grande) consiga ter sucesso em marketing: conhecer os seus públicos; fazer planejamento de marketing; implementar as ações planejadas". Confira abaixo as dicas da consultora.

AGÊNCIA CNI DE NOTÍCIAS - É possível que uma empresa sobreviva hoje ignorando as redes sociais?

MARTHA GABRIEL - Partindo do princípio que, para ter sucesso, o marketing deve criar estratégias nas plataformas que seu público-alvo utiliza, torna-se cada vez mais difícil para qualquer empresa sobreviver ignorando as redes sociais, pois elas são cada vez mais usadas por todos os tipos de públicos. No entanto, é importante lembrar que hoje existem inúmeros tipos de redes sociais distintas, e que as organizações não precisam (e nem devem) atuar em todas, mas escolher para as suas ações estratégicas as plataformas em que o seu público está, para otimizar, assim, os resultados.

AGÊNCIA CNI DE NOTÍCIAS - O relacionamento das marcas com seus públicos de forma geral mudou com a consolidação das redes sociais. Como podemos explicar melhor o que se alterou?

MARTHA GABRIEL - Acredito que as duas principais transformações que as mídias sociais trouxeram para o marketing são: deram poder ao público, permitindo que virtualmente qualquer pessoa tenha voz e influência; estabeleceram um canal de diálogo (mão dupla) na comunicação marca-público.

Essas mudanças afetam totalmente a dinâmica do marketing em termos de fluxos de comunicação e influência, mudando as regras do jogo e, exigindo, assim, novas estratégias baseadas em novos comportamentos para as marcas/organizações. Somando-se a isso, enquanto a televisão transformou as pessoas em consumidores de produtos e informações no século XX, o smartphone os transformou em compartilhadores de tudo – o público passou de contemplador para experimentador.

Nesse novo contexto que se estabelece, a comunicação de marketing tornou-se muito mais complexa, bidirecional e transparente, requerendo estratégias que entreguem experiência e propósito para conseguir engajar esse público experimentador, conectado e influente.

AGÊNCIA CNI DE NOTÍCIAS - Quais as vantagens e desvantagens para as empresas do empoderamento do cliente, que passou a ter mais voz com as redes sociais?

MARTHA GABRIEL - Acredito que as vantagens principais para as organizações do "empoderamento das pessoas" são a obtenção de informações do público, em tempo real, para entender melhor as suas necessidades, desejos e comportamentos, para poder desenvolver e administrar as ações de marketing (criar/definir/ajustar/eliminar produtos e serviços, melhores canais e formas de se comunicar, etc.).

Outro ponto é ter um canal de mão dupla para se comunicar com o seu público. Como desvantagem, acredito que estão o aumento da vulnerabilidade em função da transparência que as redes sociais proporcionam, a necessidade de educação digital técnica e atualização constante das equipes de marketing e relacionamento, pois as plataformas digitais se modificam continuamente.

AGÊNCIA CNI DE NOTÍCIAS - Que dicas você dá para o empresário lidar com esse empoderamento do consumidor?

MARTHA GABRIEL - Para conseguir bons resultados de relacionamento nesse contexto, acredito que a principal dica é conhecer bem o seu público, usando as possibilidades que as plataformas digitais oferecem de "escutar" antes de exercitar o poder de "falar". Quando estamos realmente ouvindo o outro, entendendo e nos interessando por ele, a probabilidade de agir de forma adequada aumenta consideravelmente. O problema é que, muitas vezes, as organizações falam de forma automatizada sem realmente prestar atenção ao público e isso tende a gerar

frustração e crise na comunicação. Assim, para sermos interessantes em qualquer relação, precisamos estar, genuinamente, interessados.

AGÊNCIA CNI DE NOTÍCIAS - Há um passo a passo que empresários de pequenas empresas possam seguir, caso não tenham orçamento para investir em cursos e treinamentos?

MARTHA GABRIEL - Existem três pilares fundamentais para que qualquer empresa (pequena ou grande) consiga ter sucesso em marketing: 1) conhecer os seus públicos; 2) fazer planejamento de marketing; 3) implementar as ações planejadas. Com o aumento da complexidade que o ambiente digital trouxe para o marketing, essas três dimensões ficaram mais acessíveis e, ao mesmo tempo, mais difíceis.

Por exemplo, qualquer pessoa hoje consegue fazer pesquisa de mercado com o auxílio das plataformas digitais. No passado, apenas grandes empresas tinham recursos para isso. No entanto, saber fazer as perguntas corretas para o público adequado requer conhecimento ainda maior do que no passado.

O mesmo acontece com a utilização das mídias – antes, a dificuldade era maior para produção e acesso às mídias mais sofisticadas; hoje, produzir vídeos e publicá-los, por exemplo, é muito mais simples, mas conhecer as linguagens das diversas mídias e orquestrá-las de forma produtiva é uma atividade mais difícil e complexa.

Dessa forma, independentemente do porte da empresa, ela precisa se capacitar para utilizar as plataformas digitais e, como essas plataformas mudam constantemente, é necessário se atualizar continuamente. No caso da pequena empresa, isso é ainda mais essencial, pois quanto menos recursos se têm, maior a necessidade de eficiência no seu gasto.

Hoje, o próprio ambiente digital oferece uma variedade enorme de possibilidades de capacitação, que vão desde cursos e eventos gratuitos até certificações específicas internacionais, que requerem investimento financeiro – existem soluções acessíveis e disponíveis para todo tipo de perfil.

Assim, é possível para qualquer empresa, de qualquer porte, se habilitar para usar e desenvolver estratégias no ambiente digital. A questão de recursos, portanto, não é de custo para capacitar, mas de tempo. O importante é lembrar que para que uma organização se capacite, ela precisa de pessoas capacitadas, e isso não acontece automaticamente. É preciso incentivar e estruturar um programa de qualificação e atualização para os colaboradores.

AGÊNCIA CNI DE NOTÍCIAS - Como as empresas devem adaptar sua realidade para investirem no marketing digital?

MARTHA GABRIEL - Eu não gosto do termo “marketing digital” porque ele exclui as plataformas e estratégias que não sejam digitais, e isso pode trazer problemas de resultados, pois as pessoas não usam apenas o digital, mas todo tipo de plataforma.

O foco do marketing deve ser o seu público e não plataformas ou tecnologias – o que determina as ações a serem utilizadas nas estratégias é o comportamento do público. Assim, prefiro o termo Marketing na Era Digital, que se refere ao marketing que utiliza todos os tipos de plataformas, tanto as tradicionais quanto as digitais. Ele soma, não exclui.

AGÊNCIA CNI DE NOTÍCIAS - Mais do que marketing digital, muitas empresas fecham negócios nas próprias redes sociais. A tendência é que no futuro as lojas físicas sejam extintas?

MARTHA GABRIEL - Por mais que o digital faça parte da vida humana, enquanto

nossos corpos existirem na dimensão física, as experiências presenciais sempre terão importância. Nesse sentido, as lojas físicas continuarão a existir para suprir essa dimensão, no entanto, se tornarão cada vez mais PDE (pontos de experiência) e menos PDV (ponto de venda).

Da mesma forma que, conforme a tecnologia se dissemina em nossas vidas, estamos nos tornando seres híbridos do nosso corpo físico biológico e o mundo digital (cibridismo), o mesmo acontece com o varejo -- as lojas físicas e as digitais tendem a coexistir se complementando, criando um "varejo híbrido".

Isso significa que cada qual (online e offline) deve contribuir com o que oferece de melhor para o processo de compra. Por exemplo, enquanto o online tem conveniência, velocidade e preço, o offline tem experimentação, degustação e imediatismo. Por isso, temos visto empresas que nasceram no digital, como a Amazon e Dafiti, abrirem lojas físicas de experimentação, ao mesmo tempo em que o varejo tradicional físico tem aberto lojas online.

O futuro do varejo é a otimização da integração do ON e OFF para se tornarem ONE para o público, ou seja, OMNI-era para a comunicação, delivery e payment. O consumidor não quer saber se o processo é online ou offline, ele apenas quer a melhor experiência, que satisfaça as suas necessidades e desejos, em cada momento ou situação do processo de compra.

SAIBA MAIS - Autora de cinco livros, Martha Gabriel também é apresentadora da websérie "Caminhos da Inovação" e do "Mundo Digital" da Rádio Jovem Pan. Faz parte do ranking dos 50 profissionais mais inovadores do mundo digital brasileiro pela ProXXima e está entre os Top 50 Marketing Bloggers mais influentes do mundo pelo KRED.

Executiva e consultora nas áreas de marketing, business, inovação e educação, é engenheira, pós-graduada em Marketing e Design, mestre e PhD em artes, e Educação Executiva no MIT. É, ainda, professora de pós graduação na PUC-SP, no TIDD (Tecnologias da Inteligência), de MBAs, e faculty internacional da CrossKnowledge.

Pedidos de falência caem 33,9% em janeiro ante dezembro

03/02/2017 – Fonte: Diário do Grande ABC



O número de pedidos de falência no Brasil em janeiro caiu 33,9% em relação a dezembro e recuou 12,2% em comparação com igual mês do ano passado, informou nesta quinta-feira, 2, a Boa Vista SCPC. Em 12 meses, no entanto, os pedidos ainda acumulam crescimento de 11,1% em relação aos 12 meses anteriores.

O número de falências decretadas teve queda de 24,2% em janeiro ante dezembro, mas avanço de 4,3% sobre o resultado de janeiro de 2016. No acumulado de 12 meses, as falências decretadas subiram 14%.

Quanto aos pedidos de recuperação judicial, houve retração de 36,5% no primeiro mês de 2017 ante o último de 2016 e contração de 35% na comparação com janeiro do ano passado. Porém, em 12 meses, os pedidos cresceram 39,4%.

Os pedidos de recuperação judicial que foram deferidos pela Justiça caíram 34,5% em janeiro ante dezembro e recuaram 17,4% sobre igual mês de 2016. No entanto, em 12 meses, os deferimentos avançaram 52,9%.

SP aumenta ICMS sobre a venda de veículos usados

03/02/2017 – Fonte: Portal Contábil

Decreto paulista nº 62.246/2016, publicado em 02 de novembro de 2016, alterou de 95% para 90% a redução da base de cálculo do imposto devido sobre as operações de saída de veículos usados (Inciso I do art. 11 do RICMS/00).

Até o final de janeiro deste ano, o ICMS sobre as saídas de veículos usados era calculado sobre uma base de cálculo que representava 5% da operação.

Com o advento do Decreto nº 62.246/2016, a partir de 1º de fevereiro de 2017 a base de cálculo do ICMS subiu de 5% para 10%, confira:

ICMS sobre saída de Veículos Usados	
Saída de veículos usados até 31/01/2017	
Venda (valor da operação)	50.000,00
Redução Base Cálculo ICMS (%)	95%
Redução Base Cálculo ICMS (R\$)	47.500,00
(=) Base de Cálculo do ICMS (R\$)	2.500,00
ICMS sobre a operação (18%)	450,00
(-) Carga tributária sobre a operação	0,90%
Saída de veículos usados até a partir de 1º de fevereiro de 2017	
Venda (valor da operação)	50.000,00
Redução Base Cálculo ICMS (%)	90%
Redução Base Cálculo ICMS (R\$)	45.000,00
(=) Base de Cálculo do ICMS (R\$)	5.000,00
ICMS sobre a operação (18%)	900,00
(-) Carga tributária sobre a operação	1,80%

ICMS - Base de Cálculo reduzida: Inciso I do Art. 11 do Anexo II do RICMS/SP Siga o Fisco

Neste exemplo, o valor do ICMS subiu de R\$ 450 reais para R\$ 900 reais, que representa 100% de aumento do imposto.

Empresas optantes do Simples são beneficiadas pelo procedimento simplificado de exportação

03/02/2017 – Fonte: Portal Contábil

O procedimento simplificado de exportação permite às empresas optantes pelo Simples Nacional a contratação de operador logístico habilitado pela Receita Federal para realizarem exportações por sua conta e ordem

De acordo com informação extraída do sítio da Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa, atualmente "as MPE representam 99% dos estabelecimentos privados não agrícolas e contribuem com mais de 50% dos empregos formais do país. Não obstante, são responsáveis por menos de 0,8% do valor total exportado pelo Brasil".

Neste contexto e após a publicação do Decreto nº 8.870, de 5 de outubro de 2016, a RFB publicou em 6 de dezembro de 2016 no Diário Oficial da União (DOU), a Instrução Normativa RFB nº 1.676/2016 que estabelece o procedimento simplificado de exportação destinado às microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional.

O procedimento simplificado de exportação permite às empresas optantes pelo Simples Nacional a contratação, sem exigência de qualquer formalidade perante a RFB,

de um operador logístico habilitado pela RFB para realizarem exportações por sua conta e ordem.

Na declaração de exportação (DE) do operador logístico, deverá conter o nome empresarial e o CNPJ da microempresa ou da empresa de pequeno porte que o contratou por conta e ordem e a informação de que ela é a real vendedora da mercadoria.

Regulamentando o procedimento foi publicada no Diário Oficial da União de 8 de dezembro de 2016 a Portaria Coana nº 91 que disciplina os procedimentos relativos à habilitação dos operadores logísticos que pretendam realizar procedimentos de despacho aduaneiro de exportação em nome das microempresas e empresas de pequeno porte que sejam optantes pelo Simples Nacional.

Poderão ser habilitados como operadores logísticos:

- *a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT);
- *as empresas de transporte internacional expresso (courier) habilitadas pela Receita Federal; e
- *os transportadores certificados como Operadores Econômicos Autorizados (OEA).

As normas preveem um procedimento simplificado e ágil com benefícios para a Micro e Pequena Empresa. Além disso, é mais uma alternativa de internacionalização e maior inserção das empresas no exterior.

As empresas interessadas em se habilitar como operadores logísticos devem instruir seu pedido com:

- formulário de Requerimento de Habilitação de Operador Logístico
- cópia do Ato Declaratório Executivo (ADE) de habilitação para operar como Recinto Especial para Despacho Aduaneiro de Exportação (Redex) em caráter permanente ou de prova de contratação de área nesse tipo de recinto ou em recinto alfandegado, quando se tratar de empresa de transporte internacional expresso ou transportador certificado como OEA; e
- quando o requerimento for assinado sem utilização de certificado digital:

a) cópia do documento de identificação do responsável legal pela pessoa jurídica e do signatário do requerimento, se forem pessoas distintas;

b) cópia do documento que confere poderes de representação ao signatário (contrato social, ata de assembleia, etc); e

c) instrumento de outorga de poderes para representação da pessoa jurídica, quando for o caso.

Aumenta contribuição dos setores para arrecadação tributária federal

03/02/2017 – Fonte: Portal Contábil

Enquanto em 2015, somente nove atividades tiveram elevação de receita, no ano passado, 24 registraram recuperação. Para especialistas, dados sinalizam pequena retomada da economia.

Dados da arrecadação federal de 80 atividades econômicas sinalizam para uma pequena retomada da economia. Enquanto em 2015 somente nove setores apresentaram alta de receita, em 2016, este número aumentou para 24.

As informações foram consolidadas pelo DCI a partir da base de dados da Receita Federal.

Das 24 atividades cuja arrecadação de tributos federais expandiu em 2016, nove estão crescendo desde 2015 e 15 recuperaram receita no ano passado.

No primeiro grupo estão, por exemplo, as atividades de atenção à saúde humana que, após avançarem 4,3% em 2015, em termos reais (correção inflacionária), geraram mais 10,5% de receita tributária em 2016, alcançando R\$ 15 bilhões. Já as atividades de serviços financeiros cresceram 6,5% no ano passado, para R\$ 153 bilhões, ante alta de 2,5% em 2015.

Os serviços de educação e a pesquisa científica, por sua vez, avançaram 2,6% e 5,7% em 2016, para R\$ 19 bilhões e R\$ 1,4 bilhão, respectivamente, enquanto em 2015, essas altas foram de 1,24% e 1,71%.

Reversão

Já algumas das atividades que estavam caindo em 2015, mas que recuperaram receita no ano passado, foram os serviços de escritório (+3,5%, para R\$ 21 bilhões); fabricação de produtos químicos (+1,5%, para R\$ 19 bilhões); fabricação de produtos alimentícios (+2,7%, para R\$ 13 bilhões); atividades jurídicas e de contabilidade (+5,2%, para R\$ 6,2 bilhões); publicidade e pesquisa de mercado (+3,4%, para R\$ 3,5 bilhões), entre outras.

Na avaliação do professor de economia da Fundação Instituto de Administração (FIA) Rodolfo Olivo, esses dados mostram que uma recuperação na economia do País já começa a acontecer.

“As atividades que tiveram alguma reação em 2016 são, geralmente, ligadas a empresas de consumo e serviços. O processo é este mesmo. Quando há uma recuperação, são esses os setores que se movimentam, pois eles começam a utilizar a capacidade instalada já existente para prestar um serviço, por exemplo”, comenta.

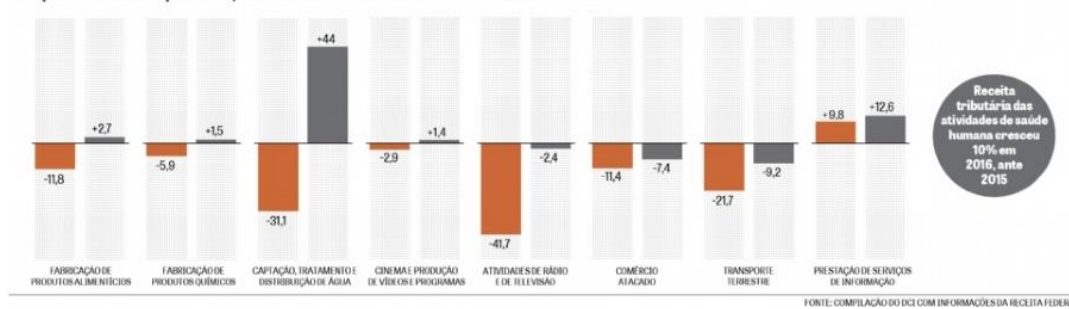
“No entanto, para essas empresas demandarem novos produtos da indústria pesada elas têm que atingir o máximo da sua capacidade, o que ainda demora a acontecer. É por isso que as indústrias de metalurgia e máquinas e equipamentos estão em queda”, complementa Olivo.

Os dois últimos setores citados pelo professor da FIA estão no grupo das 26 atividades econômicas que aceleraram queda na passagem de 2015 para 2016. A metalurgia despencou 35%, em termos reais, em 2016, gerando receita tributária de R\$ 6 bilhões, enquanto em 2015 havia recuado 29%. Já a fabricação de máquinas e equipamentos caiu 18% no ano passado, somando R\$ 7 bilhões, ante queda de 7% registrada no ano de 2015.

Para o professor de economia Fipecafi Silvio Paixão a recuperação do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil também não terá um grande impulso neste ano. “Se a economia ficar no zero a zero já será um ganho. As pessoas podem até aumentar o seu consumo, mas este será bem mais cuidadoso e criterioso do que antes”, diz.

O professor acrescenta que o avanço no setor de educação revela uma maior preocupação das pessoas em se qualificar para conseguir um posto no mercado de trabalho frente à alta taxa de desemprego. Já sobre o crescimento da receita tributária oriunda do setor de saúde, Silvio argumenta que o aumento acima da inflação dos preços dos planos de saúde e o crescimento de serviços populares podem ter contribuído para um avanço na arrecadação do segmento.

Variação real da arrecadação federal por atividade econômica - Em %



Artigo: A jabuticaba trabalhista

03/02/2017 – Fonte: Relações Trabalhistas

Sonhamos com uma mudança do mundo do trabalho ainda mais radical do que a minirreforma anunciada recentemente pelo governo. Queremos que o Brasil se aproxime dos países desenvolvidos, onde não existe uma Justiça do Trabalho. Essa jabuticaba trabalhista, inventada por Vargas, é uma geradora de conflitos e custa mais caro do que o benefício que propicia para as partes. À medida que o contrato coletivo de trabalho seja encarado como todos os demais contratos, é possível prescindir da Justiça do Trabalho, que poderia ser incorporada à Justiça Federal.

As medidas propostas pelo governo reconhecem o óbvio. Que a ofensiva hipótese de hipossuficiência dos trabalhadores, tão presente na nossa Justiça do Trabalho, não faz mais sentido no Brasil do século 19, principalmente no caso das negociações coletivas, quando esses trabalhadores são representados pelos sindicatos. Lutaremos para aprimorar e aprovar essa minirreforma trabalhista como forma de gerar crescimento econômico e combater o desemprego.

O eventual desequilíbrio das negociações individuais entre patrão e empregado não está claramente presente nas negociações coletivas. Devem ser aplicados às negociações coletivas os princípios da equivalência dos contratos, da liberdade sindical, da autonomia da vontade das partes e, principalmente, da boa-fé, não havendo que se falar em aplicação do princípio da irrenunciabilidade dos direitos trabalhistas em tutela coletiva

Alguns pontos precisam ser aperfeiçoados, mas no geral as medidas dão mais flexibilidade ao mercado de trabalho e são, portanto, bem-vindas. Elas permitem que, em certas áreas, principalmente referentes à jornada de trabalho, as negociações coletivas feitas pelos sindicatos de laborais e patronais tenham prevalência sobre o que está legislado, prestigiando a negociação coletiva.

Assim, cláusulas duramente discutidas e construídas pelos sindicatos não poderão mais ser anuladas pela Justiça do Trabalho. Quando o negociado prevalece sobre o legislado há mais segurança jurídica, o que auxilia na expansão do emprego formal.

Luiz Carlos Bohn - Presidente da Fecomércio

As empresas que mais ganharam valor de mercado em janeiro

03/02/2017 – Fonte: Inda

A Vale liderou em janeiro o ranking das empresas listadas na Bolsa que mais ganharam valor de mercado. A companhia terminou o mês valendo 162,6 bilhões de reais — 34,8 bilhões de reais a mais do que o registrado no final de 2016.

Em termos simples, o valor de mercado de uma empresa é obtido ao multiplicar o número de ações que ela tem na bolsa pelo valor dos papéis. Em janeiro, os papéis preferenciais da Vale tiveram alta acumulada de quase 31%, enquanto os ordinários registraram ganhos de pouco mais de 25%.

A companhia foi beneficiada pela melhora das expectativas no setor, assim como o aumento do preço do minério de ferro no cenário internacional.

Veja na tabela abaixo as 15 companhias que se tornaram ainda mais valiosas no último mês. Os números são de um levantamento produzido pela consultoria Economatica, a pedido de EXAME.com.

CADE firma acordo com IABR em processo sobre importações de vergalhão

03/02/2017 – Fonte: Inda

O tribunal do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) homologou nesta quarta-feira acordo proposto pelo Instituto Aço Brasil (IABr) para encerrar processo no qual a entidade era acusada de agir para impedir importações de vergalhões de aço.

O processo administrativo apurava a prática de abuso do direito de petição por parte do IABr - conduta internacionalmente conhecida como "sham litigation".

Por meio do Termo de Compromisso de Cessação (TCC) celebrado com o Cade, o IABr se comprometeu, entre outras obrigações, a desistir de todas as ações judiciais atualmente em curso sobre o assunto nos próximos 30 dias.

Além de adotar medidas para que sejam encerradas as práticas anticompetitivas, o acordo também prevê que o IABr pague 271,3 mil reais a título de contribuição pecuniária, em quatro parcelas semestrais, atualizadas pela taxa Selic. O valor será recolhido ao Fundo de Defesa dos Direitos Difusos (FDD).

O caso teve início em 2011 após queixa da Associação Brasileira das Empresas Importadoras e Fabricantes de Aço (Abrifa), que acusou a entidade de ajuizar diversas ações judiciais para impedir a importação de vergalhões de aço por empresas estabelecidas no Brasil.

De acordo com a nota do Cade, o IABr teria movido ações cautelares de produção antecipada de provas, com pedido de liminar, questionando a conformidade das mercadorias importadas com as normas técnicas brasileiras de segurança.

"Em razão dessas ações, as cargas de vergalhões de aço importado estariam sendo retidas nos portos até a realização de perícias, causando inúmeros custos aos importadores e impedindo a circulação da mercadoria no país", disse o colegiado.